



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

HELEN CRISTINA FERREIRA DA SILVA

**OLHOS ATENTOS BRAÇOS FORTES PRA ENEGRECER, JUVENTUDE NEGRA
ORGANIZADA PARA TOMAR O PODER: SERVIÇO SOCIAL, RAÇA/ETNIA O
DEBATE NO INTERIOR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

HELEN CRISTINA FERREIRA DA SILVA

OLHOS ATENTOS BRAÇOS FORTES PRA ENEGRECER, JUVENTUDE NEGRA
ORGANIZADA PARA TOMAR O PODER: SERVIÇO SOCIAL, RAÇA/ETNIA O
DEBATE NO INTERIOR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Ms. Andrea Siqueira Montalvão.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586o Silva, Helen Cristina Ferreira da.
Olhos atentos braços fortes pra enegrecer, juventude negra organizada para tomar o poder: Serviço Social, raça/etnia o debate no interior do movimento estudantil. / Helen Cristina Ferreira da Silva. – Miracema, TO, 2021.
93 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2021.
Orientador: Andrea Siqueira Montalvão
1. Relações étnico raciais. 2. Gênero. 3. Movimento estudantil. 4. Serviço social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

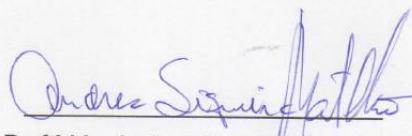
HELEN CRISTINA FERREIRA DA SILVA

OLHOS ATENTOS BRAÇOS FORTES PARA ENEGRECER, JUVENTUDE NEGRA
ORGANIZADA PARA TOMAR O PODER: SERVIÇO SOCIAL, RAÇA/ETNIA O
DEBATE NO INTERIOR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Ms. Andrea Siqueira Montalvão.

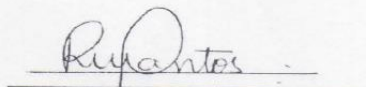
Data de aprovação 16/04/2023

Banca Examinadora


Prof.^a Ms. Andrea Siqueira Montalvão

Milena Carlos de Lacerda

Prof.^a Ms. Milena Carlos de Lacerda



Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos



*Trabalho dedicado à todas as mulheres,
em especial, as mulheres negras que são
silenciadas, mas que acima de tudo,
lutam para mudar essa desigualdade de
gênero existente na sociedade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à DEUS, e depois a mim por ter chegado até aqui.

Agradeço aos meus pais, Joseny Maria da Silva e Jose Elpídio Ferreira, por estarem sempre ao meu lado e nunca me deixarem desistir diante de tanta dificuldade, ao meu namorado Willy Cardoso, que passou por todos esses momentos ao meu lado, com muita paciência e atenção, saiba que serei eternamente grata a você.

Agradeço também à minha tia e tio de coração, que sempre estiveram preocupados com minha formação, Raimunda Hélia e Domingos Paes.

Gratidão à todas as mulheres que de alguma forma fizeram parte da minha vida acadêmica e em minha passagem no movimento estudantil, são muitas pessoas, e não caberia neste pequeno espaço, contudo, sintam-se representada aqui.

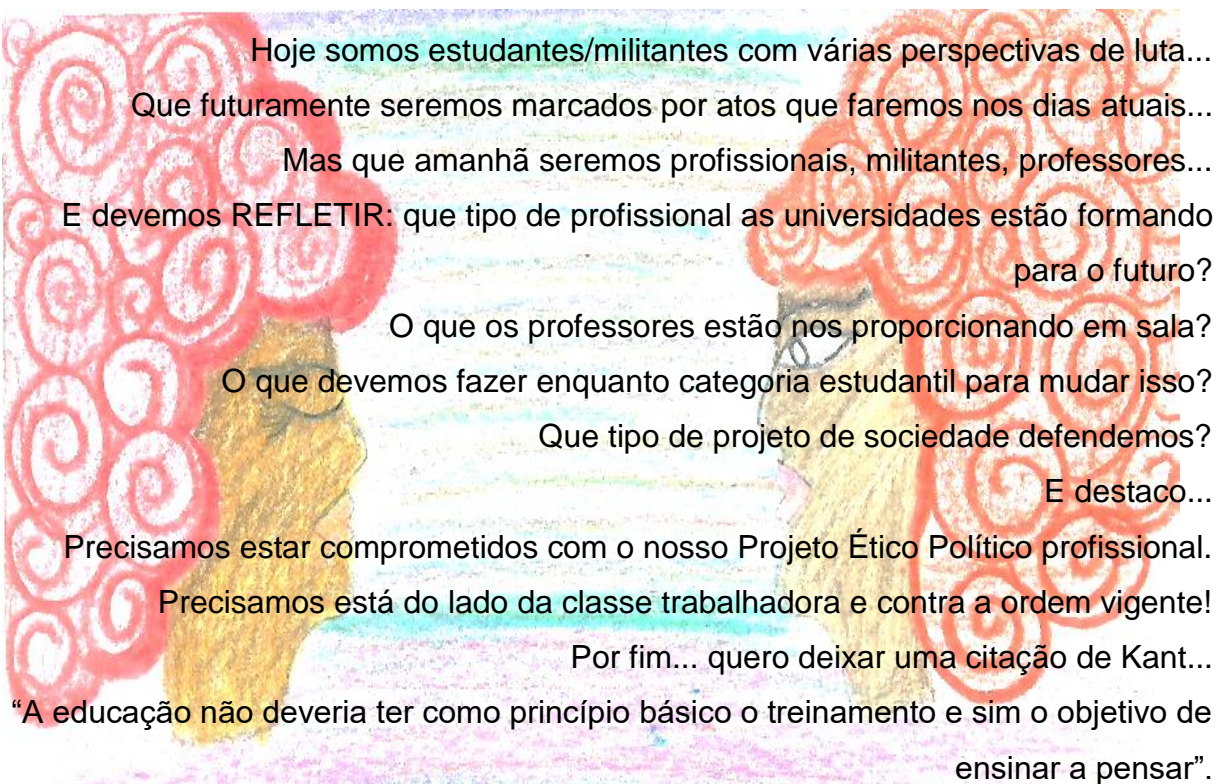
Agradeço também à essas mulheres: Rosiane Fernandes, Diana Coelho, Ingrithy Lorrana, Lanna Jackelyne, Andréia Andrade, Sallana Ribeiro, Laura Kelly, Liliane Ventura, Sofia Ferreira e Daniele Cerqueira e Bruna Cerqueira. Gratidão por estarem presente nessa minha caminhada.

Agradeço a minha orientadora Andrea Siqueira Montalvão por acreditarem que no fim desta caminhada tudo iria dar certo.

Agradeço às professoras Rosimeire dos Santos e Milena Carlos de Lacerda por insistirem que eu continuasse com o tema e todo o apoio que me deram até aqui.

Agradeço aos professores que pude conhecer nesse percurso, em especial, Bruna Irineu, Sabrina Celestino, Giselli Tamarozzi e Carlos Rosa.

Agradeço a todos os profissionais que me ajudaram a concluir esta etapa, em especial a psicóloga Harele Cecchin e a defensora pública Franciana Cardoso, e por fim, agradeço aos demais profissionais que estiveram comigo nesses últimos dois anos, prestando serviços de psicoterapia, para que hoje eu estivesse aqui e finalizasse minha graduação.



Hoje somos estudantes/militantes com várias perspectivas de luta...
Que futuramente seremos marcados por atos que faremos nos dias atuais...
Mas que amanhã seremos profissionais, militantes, professores...
E devemos REFLETIR: que tipo de profissional as universidades estão formando para o futuro?
O que os professores estão nos proporcionando em sala?
O que devemos fazer enquanto categoria estudantil para mudar isso?
Que tipo de projeto de sociedade defendemos?
E destaque...
Precisamos estar comprometidos com o nosso Projeto Ético Político profissional.
Precisamos está do lado da classe trabalhadora e contra a ordem vigente!
Por fim... quero deixar uma citação de Kant...
“A educação não deveria ter como princípio básico o treinamento e sim o objetivo de ensinar a pensar”.



Nota sobre os desenhos da autora: Comecei a desenhar para expressar a minha insatisfação, tristeza e alegria que não conseguia expressar em palavras. Até então, só desenhava flores e paisagem. Ao começar me matricular na disciplina de Pesquisa em Serviço Social II e III, onde escrever e a ler tornou-se uma tortura, pois ler sobre as *violências* me causava ânsia de vômito. O primeiro tema proposto era “gênero e relações étnicos raciais” onde comecei a leitura do livro de “Ângela Davis: mulher raça e classe”. *“Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. [...] Se a mais violenta punição dos homens consistia nos castigos e mutilações, as mulheres eram castigadas e mutiladas, bem como violadas (p. 11, 12)”*. Com essa citação, pude perceber que tinha algo no meu passado que me impedia de escrever sem sofrer, então precisei falar para seguir, só foi possível através de ajuda profissional, dessa forma, continuei na produção deste TCC com este novo debate, foi muito difícil voltar a escrever, então comecei a desenhar quase sempre antes de escrever, pois, a ansiedade era intensa, e assim minha ex orientadora Milena Lacerda, deu a ideia de inserir os desenhos neste trabalho. Desenhar é a forma mais criativa de expressar todos os sentimentos bons e ruins, e todo o amor e a força que há dentro de mim, minha paixão são as cores. Espero que todos sintam a energia das cores, e que jamais nos falte esperança. *(todos desenhos aqui apresentados foram feitos por Helen Cristina Ferreira da Silva entre os anos de 2019 e 2020)*.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado “*OLHOS ATENTOS BRAÇOS FORTES PARA ENEGRECER, JUVENTUDE NEGRA ORGANIZADA PARA TOMAR O PODER: SERVIÇO SOCIAL, RAÇA/ETNIA O DEBATE NO INTERIOR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL*”, objetiva-se por identificar as percepções das estudantes da região IV da ENESSO sobre raça, gênero e etnia no período de 2019 a 2020. Neste percurso, busca-se identificar as percepções das estudantes da região IV da ENESSO sobre raça, gênero e etnia. Utilizou-se do método de pesquisa bibliográfica para a coleta de informações acerca da história do Movimento Estudantil brasileiro, bem como a pesquisa empírica, para o entendimento do contexto histórico político das universidades federais no Brasil. Conjuntamente trazendo debates sobre: gênero, raça e etnia dentro do Serviço Social, a historicidade do Movimento Estudantil do Serviço Social e sua relação com o tema raça e etnia. A metodologia qualitativa, se fez necessária, haja visto que, através de questionário aplicado evidenciou a importância do debate racial dentro das instituições de ensino superior. Por fim, constatou-se que não basta apenas ampliar o acesso e promover políticas afirmativas para estudantes negras, deve ser ofertado uma educação pública, laica e de qualidade e um maior investimento nas ações assistenciais, como PNAES, que atendam toda a comunidade acadêmica, e juntamente uma ampliação no debate acerca de raça, etnia e gênero nas universidades.

Palavras-chave: Relações étnico raciais. Gênero. Movimento estudantil.

ABSTRACT

This course conclusion paper entitled “STRONG EYES STRONG ARMS TO BLACK, BLACK YOUTH ORGANIZED TO TAKE POWER: SOCIAL SERVICE, RACE/ETHNICITY THE DEBATE INSIDE THE STUDENT MOVEMENT”, aims to identify the perceptions of students in the region ENESSO's IV on race, gender and ethnicity in the period from 2019 to 2020. In this path, we seek to identify the perceptions of students from the region of ENESSO IV on race, gender and ethnicity. The bibliographic research method was used to collect information about the history of the Brazilian Student Movement, as well as empirical research, to understand the political historical context of federal universities in Brazil. Jointly bringing debates on: gender, race and ethnicity within Social Work, the historicity of the Student Movement of Social Work and its relationship with the theme race and ethnicity. The qualitative methodology was necessary, given that, through an applied questionnaire, it evidenced the importance of racial debate within higher education institutions. Finally, it was found that it is not enough to just expand access and promote affirmative policies for black students, a public, secular and quality education and greater investment in assistance actions, such as PNAES, that serve the entire academic community, should be offered. and together an expansion in the debate about race, ethnicity and gender in universities.

Keywords: Ethnic racial relations. Genre. Student movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Imagem divulgação do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social.....	34
Figura 2 – Regiões da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.....	39
Figura 3 – Educação de qualidade não se mede no ENADE.....	42
Figura 4 - Cartaz “assistentes sociais no combate ao racismo” (CFESS, 2018).....	61
Figura 5 - Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro - dia do/a assistente social (MAIO/2019).....	62
Figura 6 - Agenda Assistente Social 2019.....	63
Figura 7 - Ilustração do pássaro SANKOFA	67
Gráfico – Você se declara de qual cor?.....	73
Gráfico – Como você considera sua renda?.....	74
Gráfico – Em sua instituição de ensino há movimento estudantil ativo no curso de Serviço Social?.....	75

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
CA	Centros Acadêmicos
CD	Caderno de Deliberações
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CN	Coordenação Nacional
CORESS	Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CONESS	Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CR	Coordenações Regionais
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EAD	Ensino à Distância
ELESS	Encontro Local de Estudantes de Serviço Social
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENESS	Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social
ERESS	Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSAES	Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ME	Movimento Estudantil
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
PEPP	Projeto Ético Político Profissional
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade Para Todos

PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESSUNE	Subsecretaria de Serviço Social na UNE
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SNFPMESS	Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil
SRFPMESS	Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UJS	União Juventude Socialista
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL.....	17
2.1 Serviço Social e a Questão Social.....	17
2.2 Movimento estudantil das universidades federais no Brasil.....	25
2.3 A história do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS).....	32
3 DEBATE DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	47
3.1 A centralidade do debate de raça/etnia e gênero.....	48
3.2 A relação da raça/etnia e gênero no Serviço Social brasileiro: levantamento das discussões contemporâneas.....	57
3.3 Reconhecimento de Raça/Gênero no Movimento Estudantil de Serviço Social.....	65
4 OLHOS ATENTOS BRAÇOS FORTES PRA ENEGRECER, JUVENTUDE NEGRA ORGANIZADA PARA TOMAR O PODER: SERVIÇO SOCIAL, RAÇA/ETNIA O DEBATE NO INTERIOR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	70
4.1 Procedimentos metodológicos.....	70
4.2 Análise dos dados da pesquisa.....	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82
APENDICE.....	88
ANEXO.....	91

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso é resultado do acúmulo teórico que iniciou na disciplina de Pesquisa em Serviço Social e em Trabalho de Conclusão de Curso I e II, ambas do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Tem por provocação inicial identificar as percepções das estudantes da região IV da ENESSO sobre raça, gênero e etnia no período de 2019 a 2020.

O interesse por esse tema se deu por conta da participação junto ao movimento secundarista, em destaque, à União Miracemense dos Estudantes Secundarista (UMES). Com o ingresso no curso de Serviço Social, destaca-se a participação e execução do Projeto ENCRESPA dentro e fora da universidade, junto a este processo, despertou o interesse pelo MESS, e com outros estudantes da universidade abraçamos a tarefa de compor a Coordenação Regional da Região IV da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) durante o período de 2019 a 2020, sendo responsáveis pela interlocução entre as pautas da ENESSO e na construção de base nas Escolas de Serviço Social no Tocantins.

Que bicho é esse tal de Movimento Estudantil? Ele trata-se de um movimento social composto por pessoas de diversas classes sociais, de gênero, de histórias de vida, conhecimentos teóricos, vivências culturais e com características transitórias perpassadas com a vivência no movimento estudantil.

Através do movimento secundarista, pude conhecer mais movimentos sociais, como Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e de mulheres negras, Kizomba e o movimento estudantil universitário, no caso o Centro Acadêmico de Serviço Social e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Com esta bagagem de conhecimento adquirida, foi possível compor uma gestão do Centro Acadêmico de Serviço Social da UFT, formado pela “minorias¹” da universidade, com estudantes indígenas, mulheres e negros, tendo como pauta a equidade entre os outros cursos do campus universitário, para resistirmos levantando juntos, uma só bandeira, uma universidade democrática e de acesso a todos.

¹ *Grifos nossos:* Ao falarmos sobre “minorias”, definimos aqui sendo determinados grupos sociais que, partilham certos traços identitários e direitos, mas que lutam, juntos ou não, contra o grupo dominante que retiram seus direitos.

A metodologia aplicada na construção deste trabalho foram, bibliográfica, descritiva e qualitativa, em que a bibliografia utilizada são referências teóricas publicadas, ou seja, artigos, livros, teses e dissertações.

A pesquisa descritiva, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas já existentes sobre o tema, observando, registrando, analisando e correlacionando fatos sem manipulá-los. Deste modo, a pesquisa bibliográfica é:

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44).

A pesquisa qualitativa tem por finalidade responder a questões particulares que não são respondidas por meio de uma pesquisa quantitativa, Martinelli (1999), ela nos permite o conhecimento dos modos de vida dos sujeitos pesquisados a partir da apreensão dos seus sentimentos, opiniões, relatos da vida cotidiana e experiências diversas que não podem ser quantificáveis.

Como foi proposto a aplicação de um questionário, o mesmo é compreendido conforme Lakatos e Marconi (2009; p. 203) descrevem que o questionário é como “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas [...]”, o mesmo pode conter perguntas abertas (livre resposta) e fechadas (com opções para escolha).

O questionário aplicado pela pesquisadora deste trabalho, teve como delimitação as estudantes do curso de Serviço Social da região IV da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), sendo assim, 19 pessoas responderam o questionário, após a aplicação, os dados do questionário foram tabulados e utilizados pela mesma para análise nesta pesquisa.

O método aqui utilizado para análise e compreensão dos dados foi o Materialismo Histórico Dialético (PAULO NETTO, 2011, p. 53), que visa a compreensão da totalidade das relações sociais, a partir de uma abordagem crítica, dialética e histórica de desnaturalização das estruturas e conjunturas postas.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, em que, no primeiro capítulo intitulado de “A construção do Movimento Estudantil no Brasil” encontra-se

três subtítulos, distribuídos em “*Serviço Social e a Questão Social*”; “*Movimento estudantil das universidades federais no Brasil*”; e “*A história do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS)*”. No primeiro item, tem por objetivo trazer um breve apanhado histórico do Serviço Social e da Questão Social. Já no segundo, trará um breve apanhado sobre o contexto histórico do Movimento Estudantil nas Universidades Federais, com o foco no curso de Serviço Social. E último item, desse capítulo, será traçado uma breve trajetória histórica do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) no Brasil. Busca-se, ainda, fazer uma articulação entre a ascensão da organização e luta do MESS, a partir da década de 1960, tendo como base nos movimentos de reconceituação da profissão de Serviço Social.

O debate de gênero, raça/etnia, Serviço Social e Movimento Estudantil será costurado no decorrer desta monografia, tem por base a articulação entre raça/etnia e gênero no Serviço Social brasileiro: com base nos levantamentos das discussões contemporâneas, e por fim, trazendo um debate sobre reconhecimento de raça/gênero no Movimento Estudantil de Serviço Social. Fazendo assim, com que neste capítulo, sejam expostos breves conceitos sobre raça, etnia e gênero, logo fazer um debate contemporâneo dentro do Serviço Social, e por fim, relacionando com as atividades e ações realizados pela Sankofa, esta que é uma setorial da ENESSO que discute e aborda sobre a questão racial entre os estudantes militantes da executiva.

O último capítulo intitulado “*Olhos atentos braços fortes pra enegrecer, juventude negra organizada para tomar o poder: Serviço Social, raça/etnia o debate no interior do movimento estudantil*”, tem o objetivo identificar as percepções das estudantes da região IV da ENESSO sobre raça, gênero e etnia no período de 2019 a 2020.

Por fim, cabe salientar que os temas gênero, relações étnico raciais e movimento estudantil possuem grande importância e relevância para o Serviço Social, ou seja, para a categoria profissional e estudantil. Desta forma, o estudo aqui apresentado proporcionará um debate e discussões acerca desses temas para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, e neste sentido, se apresentando como forma de resistência e luta contra o preconceito que nos é apresentado cotidianamente. Neste sentido, é necessário pontuar bandeiras de lutas importantes, tais como: a luta e resistência da mulher, do negro e da população LGBT.

2 A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL



“Este desenho de autoria da pesquisadora desse trabalho, representa os movimentos sociais e estudantis, compostos por negros, quilombolas, indígenas, mulheres, LGBT em uma frente única de combate à exploração e opressão. (Helen Cristina Ferreira da Silva, 2021).

“Ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo.” Florestan Fernandes (1997).

2.1 Serviço Social e a Questão Social

O Serviço Social brasileiro surge na década de 1930 sob forte influência da Europa e da Igreja Católica, tinha-se em sua gênese um caráter caritativo e baseava-se nos dogmas da igreja e em uma teoria positivista e conservadora, com o intuito de atender as demandas do proletariado explorado, onde eram utilizadas políticas sociais assistencialistas, que não atendiam naquela época as necessidades da população. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Dessa forma, por anos baseou-se no ideário católico, em lógicas e estratégias que se orientavam na doutrina franco-belga (São Tomás de Aquino) oriundas do século XII, como o tomismo e o neotomismo, onde, este, tinha a abordagem da questão social *como problema moral e religioso*, isto é, a culpabilização do indivíduo pelos problemas sociais causados pelo capitalismo. (YAZBEK, 2009; p. 14).

Essa relação com a Igreja Católica, o Serviço Social pudera fundamentar os primeiros objetivos políticos/sociais de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista. Estes fundamentos que marcaram a profissão compreendem a sociedade como união dos homens para realizar o bem comum.

O Serviço Social brasileiro, na década de 1940, começa a ter um sentido técnico, logo porque entra em contato com o Serviço Social norte-americano que tinha caráter conservador e positivista. E como destaca Martinelli (2009):

[...] o Serviço Social já surge, portanto, no cenário histórico com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalistas – repressoras e controlistas – e dos mecanismos e estratégias produzidos pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista. (MARTINELLI, 2009; p. 66-67).

O Serviço Social agora passa a ter maior efetivação e qualificação para exercer suas políticas no campo social, onde exigirá maior qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional. Passa a ser uma profissão assalariada e ocupar vários espaços, no intuito de uma maior efetivação de suas técnicas, mas ainda continua atrelado ao pensamento positivista.

Na década de 1960, a profissão passa por um processo chamado de “Movimento de Reconceituação²”, isto porque, com a expansão do capitalismo mundial, impôs a vários países um sistema excludente e subordinado, e isto traz um sentimento de questionamento acerca da profissão e através de um amplo movimento, o Serviço Social brasileiro sente-se a necessidade de construir um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas.

A partir deste movimento, a profissão passa a se apropriar da matriz teórica social de Marx.

[...] a ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca-se colocar-se, objetivamente a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. (IAMAMOTO, 2000; p. 37).

² Paulo Netto destaca que o Movimento de Reconceituação expressou a crítica ao Serviço Social tradicional, trazendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às expressões da Questão Social. Todavia, foi a partir do “Movimento de Reconceituação” do Serviço Social, em que o movimento de renovação se desenvolve sob três direções/tendências: a Modernização Conservadora; a vertente da Reatualização do Conservadorismo e a vertente de Intenção de Ruptura. (PAULO NETTO, 2015).

É entre os anos 1980 e 1990, de acordo com Yazbek (2009), aconteceram ações voltadas à formação profissional dos assistentes sociais, como encontros da categoria, seminários, congressos e convenções, estes que trouxeram à profissão um direcionamento crítico sobre a atuação e da realidade.

Neste sentido, Guerra (2000), descreve que as transformações foram moldando e evoluindo a profissão do assistente social, deixando de ser assistencialista, rompendo com o caráter conservador, assumindo um lugar na garantia e efetivação de direitos, relacionando assim as dimensões da prática profissional, sendo elas, teórico-metodológico, ético político e técnico operativo, atendendo às demandas da realidade social.

Neste processo de mudanças, o Serviço Social brasileiro passa a idealizar e planejar a assumir posições de planejamento e gestão das políticas sociais. Com a crise e espraiamento do modo de produção capitalista avançando e descontrolado, digo isto porque não temos o controle dele, emergem novas temáticas e questões como: desemprego, os sem-terra, trabalho infantil, violência doméstica.

As tendências do debate profissional na década de 1990 e com a consolidação do Projeto Ético-Político, Teórico-metodológico que de acordo com Yazbek (2009) o Serviço Social brasileiro:

Ao longo de toda a década de 90, e neste início de milênio a consolidação do projeto ético político, teórico metodológico e operativo que vem construindo particularmente sob a influência da tradição marxista, “mas incorporando valores auridos noutras fontes e vertente e, pois sem vincos estreitos ou sectários, aquelas matrizes estão diretamente conectadas ao ideal de socialidade posto pelo programa da modernidade – neste sentido, tais matrizes não são 'marxistas' nem dizem respeito apenas aos marxistas, mas remetem a um largo rol de conquistas civilizatórias e, do ponto de vista profissional, concretizam um avanço que é pertinente a todos os profissionais que, na luta contra o conservadorismo, não abrem mão daquilo que o velho Lukács chama de 'herança cultural'”. (YAZBEK, 2009, p. 21).

Com determinadas transformações, a profissão acaba consolidando e amadurecendo na sociedade brasileira, tendo como aliado seu projeto Ético-Político Profissional para o Serviço Social brasileiro que integra valores, escolhas teóricas, e interventivas, ideológicas e políticas. Tudo isso graças aos logos debates acerca da reafirmação do Código de Ética de 1993 e pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta a profissão (Lei nº. 8662 de 07/06/93).

Neste sentido, é necessário levar em conta que, embora, o Serviço Social carregue as teorias marxista de baixo do braço, não podemos deixar de ter diálogo com as outras matrizes, logo porque vivemos na pluralidade de ideias e que as coisas não devem ser homogêneas. Afinal, o debate com o contraditório é pressuposto do direcionamento dialético crítico.

Nesta perspectiva, há um nítido compromisso da categoria profissional com valores que recusam todas as formas de exploração de classe e opressão de gênero e raça/etnia, buscando a construção de uma nova ordem societária mais justa. Esses compromissos são explícitos nos princípios do nosso Código de Ética Profissional, e, são também estes princípios que norteiam o Projeto Ético Político Profissional (PEPP), são eles:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 1993, p. 23-24).

De acordo com as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(ABEPSS) de 1996, entende-se que o Assistente Social seja um profissional que vai atuar junto aos reflexos da Questão Social “[...] formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais”.

Segundo Silva (2018, p. 36), compreende-se por questão social:

Segundo a teoria crítica, é um conjunto de desdobramentos provocados pela intensificação da exploração do trabalho e a apropriação da riqueza a partir do processo de industrialização do século XVIII que consolida o modo de produção capitalista e produz intensas desigualdades na sociedade de classes. [...] Expressão das contradições das relações entre capital e trabalho em que a classe trabalhadora reage às determinações do capitalismo a estas relações. (SILVA, 2018, p. 36).

De acordo com Yamamoto (2000) a Questão Social é senão como um conjunto de manifestações das desigualdades sociais oriundas da contradição inerente ao modelo de produção capitalista, uma vez, que este arquétipo, tem como base de sustentação a exploração do trabalho por uma minoria dominante que detém os meios de produção.

A Questão Social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2000, p. 54).

Dessa forma, Yamamoto (2000) descreve que com o agravamento das condições de vida da população estando cada vez mais degradantes e o havendo um crescente aumento da miséria urbana, a classe trabalhadora começa a se organizar, assim surgem associações e sindicatos, como o objetivo de lutar por melhores condições de trabalho e subsistência. Aos poucos estes vão ganhando espaço nos cenários políticos, pressionando o Estado a intervir de maneira mais efetiva na questão das desigualdades sociais.

Desta maneira, não é possível compreender a Questão Social sem entender o modo de produção capitalista, pois é justamente no processo de exploração que nascem as expressões da questão social, tendo estas como base, o antagonismo de classes.

Paulo Netto (2001), traça uma intervenção que busca oferecer determinações teóricas e históricas sobre o entendimento sobre a “questão social” no marco teórico-político à tradição marxista chamada de cinco notas³.

Segundo Paulo Netto (2011) não podemos descartar variações no modo de produção capitalista e do processo de mundialização da força de trabalho, pois em sua razão, tal mundialização busca particularidades culturais para uma realização concreta de seu ideal. Esta que, buscam em qualquer meio, o envolvimento de todas as classes (raça, gênero e etnia) para fins de exploração. Interessante observar que a possível derrota do capital, fica em aberto, podemos enfrentar muitos problemas daqui para frente, e quem sabe, encontrar um sentido no desenvolvimento de uma nova ordem social. (PAULO NETTO, 2001; p. 42-49).

Neste sentido, Iamamoto (1998) destaca que o enfrentamento da Questão Social, tem sido tencionada por projetos sociais de caráter universalistas e democráticos, que é pautado em disputas de direitos na Constituição Federal 1988, que ainda era obstruído por um projeto neoliberal, baseado na ideia de privatização, porem hoje os assistentes sociais e suas diretrizes curriculares, tem como objetivo de inserir a maioria, e isso será fruto de elaborações coletivas, onde há um debate sobre trabalho e sociabilidade, sendo assim uma análise do Serviço Social. (IAMAMOTO, 1998; p. 50).

Falar de trabalho e agudização da Questão Social na contemporaneidade da sociedade capitalista supõe dar conta de sua historicidade com uma dupla característica que se particulariza: a mercadoria que determina socialmente o trabalho assalariado, o produto, sendo livre e vendedor de seu tempo e força de trabalho que determina a seu tempo de vida. Em segundo lugar: a mais valia e a finalidade de reduzir a produção da mercadoria, para que preço de custo seja um pouco mais interessante para o capital (*onde a procura do produto determina o valor*). (IAMAMOTO, 2001; p. 17).

Em razão de seu crescimento e a capacidade de produzir mercadorias do capitalismo, a classe mais responsável pela produção se torna cada vez mais pobre, pois uma dá existência à outra. Desta forma, o aumento da miséria da classe operária, tem a mesma proporção de expansão da acumulação de riqueza da burguesia. (PAULO NETTO, 2001).

³ PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social”, In **Temporalis**, ANO II, nº 3 – jan-jun/2001. ABEPSS, 2001.

O capitalismo já revelava a sua face mais degradante e exploratória, com o massacre diário, através do trabalho extenuante e contínuo no qual submetia os trabalhadores. A burguesia explorava abusivamente o proletariado, na compra da força de trabalho, através do que o filósofo alemão Karl Marx denominou de mais-valia, ou seja, o lucro obtido através da exploração da força de trabalho, empobrecendo cada vez mais a população operária. (PAULO NETTO, 2006).

A Revolução Industrial representou um marco no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas. Com a mecanização dos meios de produção, o trabalho manual cedeu lugar para a maquinaria, o que possibilitou um grande aumento na produção de mercadorias.

Contudo, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto tem como consequência a formação de um grande contingente de trabalhadores desempregados e da pauperização. Conforme nos apontam Behring e Santos (2009), o pauperismo:

[...] é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital – o que implica um predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, promove a expansão do exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa em larga escala. (BEHRING; SANTOS, 2009; p. 271).

Por outro lado, os operários que conseguiam empregos nas fabricas eram submetidos às condições de trabalho extremamente precárias. O que caracterizava o trabalho nas fábricas do século XIX eram os baixos salários, jornadas de trabalho exaustivas, que chegavam há ultrapassar 15 (quinze) horas, mão de obra infantil, além do alto índice de mutilações e mortes por acidentes de trabalho e outras doenças principalmente pulmonares, devido às condições insalubridade dos ambientes das fábricas.

Para atender essa demanda, as damas da Igreja buscavam amenizar estas situações, entretanto, essas ações assistencialistas tinham em sua gênese um caráter caritativo e baseava-se nos dogmas da Igreja Católica focada em uma teoria positivista e conservadora. Com o intuito de atender as demandas provindas do proletariado explorado, eram utilizadas políticas sociais assistencialistas, que não atendiam naquela época as necessidades dos usuários. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

[...] no que se referir à “questão social”, no bojo da qual se dá a implantação do Serviço Social. A pressão exercida pelo proletariado – presente mesmo nas conjunturas específicas em que sua luta não se faça imediata e claramente presente enquanto manifestações abertas – permanece constantemente como pano de fundo a partir do qual diferentes atores sociais mobilizam políticas diferenciadas. Essas políticas demarcarão os limites dentro dos quais irá surgir e atuar o Serviço Social – caridade e a repressão – limites em relação aos quais deve se constituir numa alternativa. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005; p. 128).

No plano cultural e social serão desenvolvidas diversas iniciativas baseadas numa forma de ser proletária, constituindo-se numa crítica aos valores burgueses e a afirmação de um novo tipo de sociedade. A legitimidade dessas organizações marcada pela autenticidade estará, no entanto, restrita ao meio operário. Serão quando muito toleradas e, no crescer dos movimentos reivindicatórios, serão duramente reprimidas com o fechamento de suas sedes e a perseguição de seus líderes, constantemente presos ou deportados. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005; p. 130).

Segundo Iamamoto (2001), para analisar o trabalho no capitalismo é importante centralizar a Questão Social, pois estes são interlocutores que se torna uma arena de disputas entre os projetos societários, mobilizados por distintos interesses de classe, que se remete em diferentes projetos, tais como o da burguesia que é pautado na exploração, desigualdade e alienação, cujo produto desse trabalho não dará condições de melhoria de vida, já a classe trabalhadora tem seus projetos voltados, por igualdade, melhores condições de vida e luta por direitos.

Conforme mencionado anteriormente, a questão social diz respeito a desigualdades sociais emergentes no capitalismo, onde ocasiona o crescimento do pauperismo com suas diversas características: violência, fome, desemprego, etc. Sendo assim, o Estado apenas realiza a manutenção do capitalismo e não se preocupa com classe trabalhadora. Por essa razão que não podemos falar de uma “nova questão social”, mas sim de novas expressões da Questão Social, que tem como sua relação *capital x trabalho*, no modo de produção capitalista, que se intensifica na década de 1970, período marcado pela acumulação flexível, com os desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais. (IAMAMOTO, 2001; p. 14).

É importante destacar que a trajetória sócio-histórica do Serviço Social e a Questão Social é indispensável para que possamos entender as transformações do mundo do trabalho e no modo de produção capitalista, para que possa ser feita

uma análise da realidade a partir das expressões da questão social na sociedade contemporânea. Dessa forma, no próximo tópico, iremos abordar o período histórico do movimento estudantil brasileiro e as políticas sociais, junto às universidades federais no Brasil e mapeamento preliminar sobre os processos das políticas sociais e a luta da UNE, no intuito de abordar sobre o papel da ENESSO e suas bandeiras de luta e como ela se organiza no Brasil.

2.2 Movimento estudantil das universidades federais no Brasil

O objetivo desse tópico é trazer um breve apanhado sobre o contexto histórico do Movimento Estudantil nas Universidades Federais, enfatizando o curso de Serviço Social.

O ensino superior no Brasil de acordo com Soares (2018) foi implantado com chegada da Família Real em 1808, neste processo surgem os 23 (vinte e três) primeiros cursos no período colonial, pois já não era possível que a elite brasileira estudasse nas universidades portuguesas.

Segundo Durham (2005; p. 201) o surgimento das universidades públicas vem após a independência do Brasil, em 1889, entretanto em 1918 já existiam 56 novas instituições, em sua maioria privadas.

Já para Soares (2018), a primeira universidade brasileira surgiu na década de 1920, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que trazia a ideia da desnecessidade de ensino crítico e a necessidade de realização de atividades práticas, com centros de reprodução especializados. Os cursos mais procurados, portanto, eram os de Medicina, Direito e Engenharia.

Importante mencionar que essa ideia de sobrepôr ao raciocínio crítico está relacionada com o crescente processo de industrialização da época, o qual trouxe ao Brasil transformações econômicas, culturais, urbanas e na educação como um todo.

Nos anos seguintes, em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) passa por uma reformulação universitária com ampliações dos cursos onde passa existir os cursos de Filosofia, Ciências e Letras, ou seja, cursos que exigiam a pesquisa como atividade importante para ambiente acadêmico. (SOARES, 2018).

E essa reformulação continuou até início do Estado Novo, que foi implantado por Getúlio Vargas (1930 – 1945) em 1937, onde o ensino superior passa ser centralizado, como aponta Fausto (1994):

[...] é significativo observar que o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país, a partir de 1937, refletiu no campo educacional. Embora o ministro Capanema tenha promovido uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação se concentrou em organizar um ensino industrial. Um decreto-lei de janeiro de 1942, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial com o objetivo de preparar mão de obra fabril qualificada [...]. (FAUSTO, 1994; p. 367).

Segundo Sampaio (2000), no ano de 1950, a União Nacional de Estudantes (UNE) reivindicava por reformas em todo sistema educacional, rompendo com modelo Vargas, do qual seu único objetivo estava pautado em qualificar uma mão-de-obra barata para o capital. A luta dos estudantes era direcionada pela ampliação de vagas das universidades públicas e gratuitas, contra a desigualdade social no ensino superior e a favor da união entre ensino, pesquisa e extensão.

Todo o movimento e clamor popular por uma “reforma universitária” aconteceu antes da tomada do poder pelos militares, porém se intensificou quando desse acontecimento, em 1964. Foi então que, em 1968, houve a promulgação da Lei nº 5.540⁴, a Lei da Reforma Universitária⁵, uma estratégia do Governo Militar para ampliar seus ideais de segurança e desenvolvimento, que eram os focos do projeto político e econômico do governo. A Lei da Reforma Universitária, em seu artigo 1º, elenca como objetivos do ensino superior “[...] a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras, artes e a formação de profissionais de nível universitário [...]”. (BRASIL, 1968).

Já em seu artigo 2º, a Lei faz menção à indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Após a promulgação da referida Lei, de acordo com Silveira e Loehder (2015):

⁴ Acesse para saber mais: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm

⁵ A Lei da Reforma Universitária beneficiou muito as universidades brasileiras, mais cursos e compus universitários. Entretanto, por outro lado, professores foram compulsoriamente aposentados, reitores demitidos, o controle policial foi estendido ao currículo e aos programas das disciplinas, alunos sendo perseguidos e até mesmo sendo presos. (GRANDE; GOMES, 2018). GRANDE, Elisia Beatriz; GOMES, Marco Antônio de Oliveira. Reforma do ensino superior pela Lei nº 5.540/68 e a adequação aos interesses do mercado. 2018. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/tcc-2018/elisia-1.pdf>. Acesso em: 18/11/2020.

[...] as instituições, no contexto político da época, passaram a ser “gerenciadas” diretamente pelo governo federal, com o objetivo de reprimir as forças de caráter subversivo, surgidas nos contextos universitários, bem como incentivar a pesquisa nas áreas que iriam promover, efetivamente, o desenvolvimento econômico nacional. Assim, fica estabelecida a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. (SILVEIRA; LOEHDER, 2015; p. 101).

Vale destacar que com o término da ditadura militar, o governo José Sarney (1985 - 1990) tratou apenas de preservar os interesses da classe dominante, ou seja, não manteve compromisso com a universidade pública. (CAVALCANTE, 2009; p. 78).

O descaso com as universidades públicas continua nos governos seguintes, estimulada estritamente pela ideologia neoliberal, tratando a educação apenas como um ramo lucrativo para mercado, e dessa forma dispara o crescimento da iniciativa privada e redução dos investimentos no setor público. (CAVALCANTE, 2009; p. 78).

No governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) caracteriza-se como o início das contrarreformas que tinham como principais determinações: o ajuste fiscal; privatização do patrimônio nacional; abertura desenfreada do mercado brasileiro, a desregulamentação da legislação trabalhista e do mercado de trabalho e a retirada intencional do Estado da execução e dos investimentos na área social. A continuidade ao processo de implementação das “reformas”, continuou mesmo com o *impeachment* de Collor, seu vice, Itamar Franco (1992 – 1995) assumindo a presidência, buscou intensificar ainda mais o processo de contrarreforma do Estado, e, conseqüentemente da Educação Superior. (LUZIA, 2009).

Já no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 - 2002), continuou a implementação do projeto neoliberal para a educação no Brasil, entre as principais ações do governo que de acordo com Lima (2007; p. 141-144) destacam-se:

[...] d. Promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96: Do desrespeito com o processo democrático de construção do projeto de LDBEN pelos movimentos sociais, até a realização de um conjunto de manobras regimentais, a burguesia de serviços educacionais viabiliza a aprovação da nova LDBEN, absolutamente afinada com a política de privatização da educação brasileira; [...]

f. Aprova o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: O PNE aprovado, em completa oposição ao PNE elaborado por um amplo conjunto de entidades ligadas à educação brasileira, reafirma a transferência de responsabilidades do Poder Público para a sociedade no

financiamento da educação e sua concepção de gestão educacional com ênfase na informatização, controle e gerenciamento profissional. Em relação à educação superior, reafirma sua política de diversificação das IES e de suas fontes de financiamento. (LIMA, 2007; p. 141-144).

As reformas do Governo FHC foram postas em prática quase que imediatamente pelo estado brasileiro. Evidenciamos aqui o processo de mercantilização da educação e a privatização das Universidades Públicas que continuaram no governo Lula (2003-2011), porém com um arcabouço jurídico, normativo que lhe deu uma legitimidade. (LIMA, 2012; p. 14).

No governo do Partido dos Trabalhadores (PT), desmarcavam uma expansão da educação pública carregada de contradições como: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programas estes que favoreciam as universidades privadas. (LEHER, 2010).

A crítica deve ser feita, uma vez que poderia optar por reforçar uma universidade pública, gratuita, autônoma e que discuta as reais contradições da realidade, mas em vez disso, o executivo brasileiro em consonância com as diretrizes dos organismos internacionais, escolhe apoiar a expansão do mercado de ensino, que, por sua vez, se apresenta como promotor da chamada inclusão social. (SANTOS, 2012; p. 90).

Santos (2012) destaca bem quando realiza uma análise acerca da expansão do ensino superior, ou seja, que o Governo Federal poderia investir mais na rede pública de ensino, podendo assim, garantir uma melhoria no tripé da universidade: pesquisa, ensino e extensão. Entretanto, buscam garantir apenas na expansão, criando novos campus universitários, e buscam investir no Ensino Privado, privilegiando as grandes instituições de Ensino à Distância (EaD), onde nos últimos anos ocorreu um aumento elevado de novas instituições privadas de ensino, com investimento do Governo Federal.

Até aqui, foi abordado sobre a trajetória histórica, política e social das universidades públicas no Brasil. Em seguida, iremos trazer um breve apanhado sobre o contexto histórico da atuação do Movimento Estudantil (ME) alocado na arena universitária em específico o da UNE.

A questão de partida é: Que bicho é esse tal de Movimento Estudantil? Trata-se de um movimento social da área da Educação composto por pessoas de

diversas classes sociais, cuja história de organização é de longa data, e por muitas vezes os estudantes organizados, foram os protagonistas na história do país.

De acordo Hobsbawm (1985) em sua obra caracteriza sobre os movimentos:

[...] os movimentos políticos jovens ou estudantis não são comparáveis aos movimentos cujos membros podem permanecer neles por toda sua vida, como os da classe operária (a maioria dos quais continua sendo operária até se aposentar), de mulheres ou de negro, todos pertencentes à sua respectiva categoria desde o nascimento até a morte. [...] Mas a rotatividade de seus membros é necessariamente de 100% ao fim de alguns anos, e quanto mais exclusivamente tais movimentos se definem por critérios não permanentes, isto é, pelo que os separa dos adultos, tanto mais difícil é para eles, manter a continuidade da atividade, da organização e talvez, inclusive, do ânimo ou com a semelhança dos problemas que cada geração enfrenta. (HOBBSAWM, 1985; p. 60).

A partir da Revolução de 1930, a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuarem firmemente em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista. A diversidade de opiniões e propostas crescia, assim como o desejo de todos em formar uma única entidade representativa, forte e legítima, para promover a defesa da qualidade de ensino, do patrimônio nacional e da justiça social. (UNE, 2011⁶).

Sendo assim, o ME, é compreendido como um movimento social que tem seu órgão máximo na forma da União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937 com o objetivo de unificar as vozes dos estudantes em âmbito nacional.

A UNE teve seu surgimento na cidade do Rio de Janeiro – RJ, em 13 de agosto de 1937, a entidade nasce na casa do Estudante do Brasil, logo após ao 1º Congresso Nacional dos Estudantes, realizado na mesma cidade, sendo fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil. (UNE, 2011⁷).

A partir de então, as lutas políticas não seriam mais de caráter específico e regional, logo, entra no campo da perspectiva do macro, ou seja, abranger na totalidade. Tal entidade, possui como principal característica a defesa de uma educação democrática e sua luta mostra uma percepção crítica sobre o entendimento da realidade social, neste sentido, a UNE torna-se a entidade representação máxima dos estudantes.

⁶ Saiba mais em: <https://une.org.br/2011/09/historia-da-une/>

⁷ Saiba mais em: <https://une.org.br/2011/09/historia-da-une/>

Poerner (2004) destaca em sua obra que a criação da UNE representa a organização do movimento estudantil em torno de uma entidade que unifica as lutas dos estudantes e organiza as ações políticas, diferente do que ocorria anteriormente, pois as organizações visavam apenas lutas específicas e tinha um caráter local.

Assim, antes da criação da UNE é possível falar da participação circunstancial dos estudantes, mas não ainda de um movimento unificado em torno de alguns objetivos comuns. Como afirmou um dos únicos historiadores do movimento universitário brasileiro, “a falta de um organismo que a coordenasse e a ausência de uma plataforma de lutas que a motivassem tornaram dispersa e caótica a atuação política dos universitários brasileiros durante a Primeira República”. Tratava-se então de um movimento tardio, pouco organizado, em relação aos seus correlatos latino-americanos. (MARTINS FILHO, 1987; p. 16).

De acordo com Poerner (1995), anterior a criação da UNE, o movimento estudantil possuía formas isoladas e dispersas de participação e organização e nível nacional e político.

No ano de 1950, entra em cena a UNE, reivindicando uma profunda reforma de todo o sistema educacional, alterando sua estrutura e rompendo com o modelo do governo Vargas. A luta dos estudantes estava pautada principalmente pela ampliação de vagas das universidades públicas e gratuitas, contra a desigualdade social no ensino superior e a favor da união entre ensino e pesquisa. (SAMPAIO, 2000).

Pode-se afirmar que, de acordo com Paulo Netto (2000), durante o percurso da UNE, houve várias bandeiras de luta junto com toda a população, principalmente contra o neoliberalismo e a privatização do patrimônio nacional, durante o governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde seu carro chefe eram as reformas que foram postas em prática imediatamente pelo estado brasileiro. O mesmo não dialogava com os movimentos sociais, tão pouco com os estudantes, que sempre se posicionava veemente contra a mercantilização da educação.

Pós-Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), a UNE se posiciona e participa das principais pautas nacionais, fortalecendo o movimento social brasileiro e lutas em defesa do petróleo, que já estavam sendo explorado no país. E

estudantes foram os principais protagonistas da bandeira “O petróleo é nosso⁸”, e dessas lutas nasceu a Petrobrás [...]”. (POERNER, 1995; p. 168).

Destaca-se a importância do movimento estudantil para as universidades, pois além de seguirem firmes contra a mercantilização da educação, sua principal pauta de luta refere-se na melhoria da educação pública e de qualidade no país. E sua bandeira de luta deste século, destacam-se: Programa Universidade Para Todos (ProUni), o Fundo de Investimento para o Ensino Superior (FIES) e a Lei de Cotas, estas que foram a porta de entrada, em faculdades privadas e universidades federais, para milhões de estudantes oriundos da escola pública, em sua maioria negros periféricos, pardos e indígenas, historicamente excluídos do ambiente acadêmico. (UNE, 2011).

Moura (2014) destaca que o ProUni é um programa de extrema importância na política para expansão e democratização do ensino superior, pois concede bolsa integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior que aderirem ao programa em troca de benefícios fiscais.

Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o FIES é um programa de inclusão social que beneficia o estudante de baixa renda ao ingresso no ensino superior. De acordo com Leher (2019), todos os estudantes que possuem bolsas parciais de 50% do ProUni podem ter o restante das mensalidades custeadas pelo Fies.

A Lei das Cotas, Lei nº 12.711/2012, que instituiu as cotas raciais nas universidades públicas, trouxe avanços importantes e melhorou o acesso de negros e índios na universidade, todavia, apesar das dificuldades, de acordo com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁹, a mencionada Lei, em seus três primeiros anos de implementação, pode garantir 111 mil vagas para estudantes negros em cursos superiores de universidades e institutos federais. (CRUZ, 2015; p. 21).

Atualmente, a UNE¹⁰ se mobilizou-se pela criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior (INSAES), para que o Estado brasileiro

⁸ Disponível em: <https://une.org.br/2013/10/o-petroleo-e-nosso-nao-ao-leilao-de-libra/>

⁹ A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) foi um órgão do Poder Executivo, idealizada no âmbito do Governo Federal, este órgão tinha por objetivo de enfrentar o racismo e discriminação no Brasil, a secretária foi fundada em 2003 e extinta em 2015. Para saber mais acesse: < <https://www.justica.gov.br/news/conheca-melhor-o-trabalho-da-seppir>>

¹⁰ Todavia, é necessário refletir sobre UNE, mesmo que a entidade tenha forte papel na militância estudantil, neste período “[...] a cooptação de entidades como a UNE e CUT e a crescente

possa fiscalizar as instituições de ensino superior com mais rigor e eficiência. Outras importantes campanhas são “Quem Entrou Quer Ficar”, que defende a expansão da assistência estudantil e a “Educação Não é Mercadoria” que pede a redução do reajuste da mensalidade das universidades particulares.

2.3 A história do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS)

Neste subtítulo, será traçada a trajetória histórica do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) no Brasil. Busca-se, ainda, fazer uma articulação entre a ascensão da organização e luta do MESS, a partir da década de 1960, tendo como base Movimento de Reconceituação da profissão de Serviço Social.

Em meados dos anos de 1950, o Movimento Estudantil de Serviço Social já se organizava nacionalmente, ou seja, cultivava contato com outras escolas de Serviço Social do Brasil, e de acordo com Santos (2007), há documentos históricos que indicam uma articulação dos estudantes, o que reforça que a organização política dos estudantes de Serviço Social acontecia muito antes dos anos de 1950, Lima (2019; p. 40) nos informa sobre essa história:

No que se refere a história do MESS [...] pode-se considerar como um marco significativo a ocorrência do primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social, realizado na cidade de Porto Alegre (RS), em 1963, que resulta na fundação da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESS). (LIMA, 2019; p. 40).

Os estudantes de Serviço Social organizavam-se politicamente bem antes ao período da Ditadura Militar (1964 - 1984), pois não se sentiam representados naquele período.

Os registros dos encontros, bem como muitos documentos históricos da ENESS foram queimados e/ou extraviados pelo regime militar, sendo inexistentes nos arquivos da atual Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO. Vale ressaltar que no período da ditadura militar, muitos registros como atas, documentos e reuniões não eram feitos devido à repressão. (SANTOS, 2007; p. 113).

criminalização dos movimentos sociais, reforçam ainda mais o ideário neoliberal e a falta de identidade com as lutas e os movimentos sociais” (ENESSO, 2016). O que deixou muito a desejar sobre o papel e atuação das entidades mais populares.

Vale destacar que nos anos de 1964 ficou marcado por muita repressão e censura, voltada a tudo e a todos que questionassem a ordem vigente. Neste período, o movimento estudantil atuou na clandestinidade, devido que muitos militantes foram torturados, exilados e até mesmo assassinados, tudo em nome da “Ordem e Progresso”. (ENESSO, 2011).

Aos passos das transformações societárias ocorridas na sociedade brasileira, a partir de 1964, à implantação de um processo de Ditadura Civil Militar, nos quais trouxeram várias restrições, no contexto dos movimentos sociais, nos aspectos político, econômico e cultural.

A partir do endurecimento e das medidas coercitivas do regime militar, a ENESS, bem como a UNE, CA's e DA's e DCE's – entidades que compõem a estrutura do movimento estudantil –, foram proibidas de exercerem suas atividades. Os registros dos encontros, bem como muitos documentos históricos da ENESS, foram queimados e/ou extraviados pelo regime militar, sendo inexistentes nos arquivos da atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO. (SANTOS, 2007; p. 113).

A população começou a vivenciar diariamente momentos de guerra, repressões, autoritarismo por parte dos militares que coíbiam qualquer mobilização social. Isto implicou em um retrocesso na democratização que estava em andamento antes do golpe de abril.

A repressão atingiu de imediato, os setores que vinham se destacando por posições nacionalistas e de esquerda no período anterior, a exemplo dos estudantes, das universidades, das ligas camponesas e dos sindicatos com esse perfil. (SANTOS, 2012; p. 87).

É importante ressaltar que a falta de documentos não significa que não houve organização e luta do MESS durante o período da ditadura. O final da década de 1970 foi marcante para os ME, pois era época de redemocratização, o ME que começava a se reorganizar, e com o MESS a história não foi diferente.

Neste contexto de repressão é realizado o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (I ENESS), na cidade de Londrina - PR no ano de 1978. O referido encontro contou com a participação de 24 escolas e teve como tema: “*O Serviço Social e a Realidade Brasileira*”. (VASCONCELOS, 2003).

Figura 1: Imagem divulgação do I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social



Fonte: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>

Foi também a partir deste evento que se verificou a necessidade de discutir a formação profissional, mais diretamente a reformulação do currículo do curso de Serviço Social. É a partir deste encontro que se discute a possibilidade de unificarem-se as lutas, de debater a profissão e a universidade.

Nasce a comissão nacional para discussão e encaminhamentos do currículo e para organização do II ENESS. Em uma reunião realizada na UFRJ em maio de 1979, a comissão discutiu e definiu uma forma de organização mais consistente para o movimento. [...] O Brasil foi dividido em sete regiões, cada uma deveria realizar [...] o ERESS. Após o ERESS haveria uma

reunião da comissão, aonde se chegaria a um consenso sobre o que foi estabelecido nas reuniões regionais e se definiria as linhas para o próximo ENESS. Essa reunião, no ano seguinte, foi denominada de CONESS. (VASCONCELOS, 2003).

Importante ressaltar que de acordo Vasconcelos (2003), não é possível dizer por qual motivo, este encontro recebeu a denominação de ser o primeiro, pois existiram encontros nacionais anteriores ao I ENESS, apesar de ter ocorrido outro encontro nacional antes do golpe militar, entretanto este encontro é emblemático para o MESS.

Silva (1989) destaca dois aspectos importantes a serem observados deste encontro: a aprovação de uma comissão de estudantes para organização do próximo encontro e outra comissão que se encarregaria de discutir junto aos órgãos da categoria como a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) um currículo mínimo para o curso de Serviço Social no Brasil.

Essas duas posições do MESS demonstram a real intenção dos estudantes para que houvesse uma continuidade do movimento e que assumindo a posição de ser um sujeito coletivo se preocupava com a formação profissional de todos os futuros assistentes sociais, indo de encontro com a “intenção de ruptura” com o conservadorismo presente na profissão.

No ano seguinte, em 1979, ocorre o II Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (II ENESS), na cidade de Salvador - BA, promovido pelo Diretório Acadêmico da Universidade Católica de Salvador (UCSal). Neste II encontro ocorreu a efetivação da divisão das sete regiões, para possibilitar melhores ações da executiva. Este II ENESS também protagonizou a criação do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS), o qual é responsável pela discussão e organização dos encontros nacionais. (MOREIRA; CAPUTI, 2017; p. 133).

Em meio a este cenário de repressão e censura da Ditadura Militar, o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) aprofunda suas discussões e sua organização. São criadas novas instâncias deliberativas: Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS) e a Secretaria Executiva Nacional formada pela escola sede do ENESS e por uma escola representante de cada região, denominada de escola-polo. (VASCONCELOS, 2003).

Em 1980, na efervescência da rearticulação da sociedade civil, os estudantes de Serviço Social realizam o III ENESS na Universidade Católica de Minas Gerais promovido pelo C.A. de S.S. cujo tema era: “*Serviço Social Formação Profissional e Intervenção na Realidade*”. A nível do currículo chegou-se a uma proposta única cabendo reunir-se com a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e levar as reivindicações estudantis. Nesse momento já existia no interior da ABESS uma pressão estudantil pela ampliação de sua representatividade. Inicia-se, portanto, a partir dessa década uma luta dos estudantes de Serviço Social para participar junto às entidades da categoria. (VASCONCELOS, 2003; p. 59).

No ano de 1981, ocorre o IV ENESS na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com os debates relacionados à formação profissional, a necessidade do rompimento com o modelo tradicional norte-americano e com a dicotomização entre teoria e prática no Serviço Social (MOREIRA; CAPUTI, 2017). De acordo com Ramos (1993 *apud* ENESSO, 1994), é nesse encontro também que se tem o marco da representatividade estudantil na ABESS¹¹.

Como apontam Moreira e Caputi (2017), em 1988, no X ENESS, ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cria-se subsecretaria de Serviço Social na UNE/SESSUNE¹², a qual tinha como principal papel articular as lutas do MESS com as demais categorias.

O processo de criação da entidade nacional dos(as) estudantes de Serviço Social foi, democraticamente, discutido e amadurecido em vários fóruns, pelos(as) próprios estudantes e pelas suas entidades de base, propiciando reflexões quanto à própria necessidade da sua criação e, um aprofundamento sobre quais seriam seus objetivos e sua estrutura organizativa. (RAMOS, 1996; p. 102 *apud* LIMA, 2019; p. 41).

Dessa forma o Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SESSUNE) vigorou apenas por cinco anos e, no XV ENESS, que ocorreu em Rio Grande do Sul, na cidade de São Leopoldo, em 1993, os/as estudantes de Serviço Social deliberam pela mudança de SESSUNE para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), devido a divergências¹³ com a UNE e às tendências governistas que se afastam dos princípios do MESS. (MOREIRA, 2016; p. 45).

Nas palavras Guimaraes (2013) não foi uma alternativa isolada do estudante de Serviço Social:

¹¹ Atualmente denominada de ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

¹² A mudança de nome da entidade para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) reflete a opção política do MESS de almejar maior autonomia frente à UNE. (RAMOS, 1996).

¹³ Conferir nota 10.

Importante ressaltar que esta não foi uma alternativa isolada no Serviço Social, mas uma estratégia de organização política dos(as) estudantes das diversas áreas, que defendiam as executivas de curso como alternativa viável no processo de reorganização estudantil. (GUIMARÃES, 2013; p. 95).

Nos últimos anos, a ENESSO tem protagonizado inúmeras lutas no âmbito da categoria profissional, bem como se articulado com setores de esquerda em diversas lutas coletivas. Os estudantes participaram e contribuíram para o Serviço Social brasileiro como, por exemplo, na elaboração do Código de Ética Profissional de 1993, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. (MOREIRA, CAPUTI, 2017; p. 135).

Assim, historicamente, as bandeiras de lutas que o MESS e da ENESSO têm encampado e se circunscrevem na consonância de lutas coletivas na direção social, ética e política da profissão no solo brasileiro, que é, indubitavelmente, na mesma trincheira de luta dos/as trabalhadores/as. segundo Guimarães (2013):

[...] as bandeiras de luta de um movimento social [...]o seu projeto de ação, na proporção em que direcionam e sinalizam horizontes políticos para atuação do movimento. Investigar as principais bandeiras de luta do Movimento Estudantil de Serviço Social, [...] em suas reivindicações, bem como fomentarmos a reflexão acerca da natureza política das mesmas. (GUIMARÃES, 2013; p. 95).

A ENESSO, enquanto entidade máxima de representação dos/as estudantes de Serviço Social, responsável pelo direcionamento da organização política no âmbito do MESS, o qual deve estar em sintonia com nosso projeto profissional a luta mais geral dos/as trabalhadores/as, como, por exemplo, o caderno de deliberações (CD) e do estatuto da executiva. Todos resultados das discussões políticas e de formação profissional em Serviço Social realizadas em cada ENESS. (ENESSO, 2013; 2019).

As lutas no âmbito do MESS e da ENESSO transcendem as pautas estudantis, os seis eixos que norteiam as discussões nos encontros (*Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às Opressões*), os posicionamentos presentes no Caderno de Deliberações da executiva, bem como a organização da entidade expressa no estatuto da ENESSO representam, indiscutivelmente, seu caráter de classista. Nesta linha de argumentação, o Art. 1º do Estatuto da ENESSO (2019) traz que:

[...] A ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de todos/as os/as estudantes numa direção classista, anticapitalista e revolucionária, por uma educação e por uma universidade pública, gratuita, presencial, laica, popular, democrática, de qualidade e com acesso universal, que garanta acessibilidade às pessoas com deficiência, conjuntamente com outros movimentos sociais alinhados por um novo projeto societário sem dominação, exploração de classe, raça, etnia, gênero, orientação sexual ou de qualquer forma. (ENESSO, 2019; p. 4).

Os estudantes de Serviço Social do Brasil, atualmente são representados pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) que se articula com a base, ou seja, os estudantes e demais entidade representativas (Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e Diretório Central dos Estudantes), através dos seus Coordenadores Regionais e Nacionais, e Secretários de Escolas. (ENESSO, 2019).

Atualmente a executiva encontra-se disposta em sete regiões¹⁴ pelo número de Unidades de Ensino, na seguinte distribuição: Região I - Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; Região II - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III - Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV - Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul; Região V - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região VII - São Paulo. (ENESSO, 2019, p. 5).

Para uma melhor visualização da divisão das regiões da ENESSO, o mapa a seguir descreve bem:

¹⁴ Estatuto da ENESSO de 2013. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2013/10/estatutos-a5-12.pdf>

Figura 2: Regiões da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social



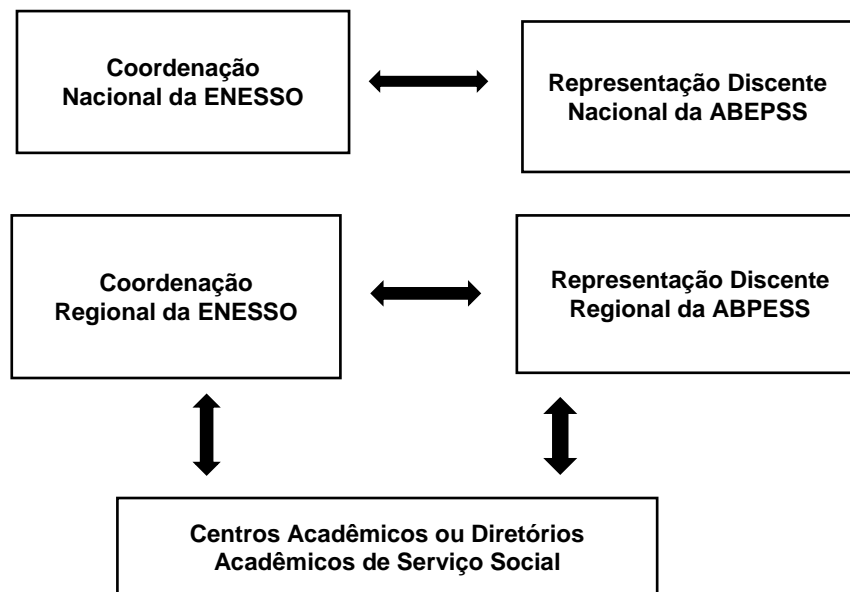
Fonte: <https://enessooficial.wordpress.com/enesso/>

Os estudantes também estão representados na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), através das Representações Discentes Nacional e Regional. Essas Representações Discentes se articulam com a ENESSO, por meio das Coordenações Nacionais (CN) e com as Coordenações Regionais (CR).

As/os discentes, com representação na ABEPSS são estudantes de Serviço Social, militantes da ENESSO, que desenvolvem o papel político de articulação entre as duas entidades (ABEPSS e ENESSO), principalmente, a fim de contribuir para o eixo de formação profissional, fortalecendo politicamente o atual Projeto Ético-Político-Profissional. (LIMA, 2019, p. 44).

Isso significa que existe uma parceria entre o movimento estudantil e a categoria profissional, bem como um trabalho conjunto na base que visa mobilizar e fortalecer o movimento estudantil para uma atuação mais crítica nas instâncias de deliberação e formação.

A seguir, o organograma apresenta a estrutura representativa e organizativa do MESS:



Fonte: Estatuto da ENESSO de 2013.

A executiva se efetiva por meio da eleição das sete Coordenações Regionais (CR), uma Coordenação Nacional (CN) e quatorze discentes integrantes da ABEPSS, intenciona-se que esses representantes se articulem e mobilize o MESS para construção coletiva de estratégias na garantia de uma formação acadêmico-profissional de qualidade dos estudantes, e ainda, a garantia dos objetivos definidos pela ENESSO em seus documentos, como Estatuto e Caderno de Deliberações. (SILVA, 2019; ZANELLI, 2019).

Como mencionado, a executiva possui estatuto próprio, que aponta a direção suas lutas em âmbito nacional, que são construídas no coletivo em encontros que ocorre anualmente¹⁵, denominado de Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), espaço máximo de deliberação da entidade e no que tange às particularidades regionais, estas são prioritariamente debatidas

¹⁵ Acesse o link a seguir para conferir o quadro de encontros nacionais: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2014/09/quadro-de-temas-dos-eness.pdf>

nos Encontros Regionais de Estudantes de Serviço Social (ERESS), que contemplam cada uma das 7 (sete) regiões correspondentes.

Importante ressaltar que nos referidos encontros é efetivada a eleição das sete Coordenações Regionais (CR) e uma Coordenação Nacional (CN). Essas gestões realizam trabalhos de articulação no prazo de um ano. A cada dois anos a ENESSO indica, por meio de eleições, duas/dois representantes estudantis, chamados de discentes em ABEPSS nacional e regionais, no ENESS e nos Seminários Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil (SRFPMESS) para acompanhar a construção das gestões da ABEPSS, podendo assim, a executiva estar compondo e acompanhando debates acerca do currículo profissional. (SILVA, 2019; ZANELLI, 2019).

A ENESSO, para a realização dos encontros organizativos baseia-se na preparação exclusivamente planejada no Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CONESS), em âmbito nacional; e regional no Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS), nos quais os estudantes presentes debruçam e debatem sobre a construção dos próximos encontros. (ENESSO, 2014¹⁶).

O Seminário Regional e Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRFPMESS/SNFPMESS), constituem também as chamadas de instâncias deliberativas e organizativas, tendo em vista que no SRFPMESS encontros, são eleitas/os as/os discentes regionais em ABEPSS, vale ressaltar que estes encontros representam também espaços fundamentais para o fortalecimento do debate da Formação Profissional no interior da ENESSO. (ENESSO, 2014).

Na dimensão local, o Encontro Local de Estudantes de Serviço Social (ELESS), visa potencializa o fortalecimento da executiva na região, assim no ELESS, os/as Coordenadores Regionais de uma determinada região buscam promover debates referente à formação e articulação do movimento estudantil, o encontro geralmente tem duração de 1 (um) dia, em um ou dois períodos, além de discutem um eixos do MESS ou pode te uma pauta específica, como por exemplo

¹⁶ Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/2014/04/26/enesso-que-bicho-e-esse/>. Acesso em: 14/11/2020.

os ELESS que foram realizados por todo o país para discussão do “Boicote ao ENADE¹⁷”.

Figura 3 – Educação de qualidade não se mede no ENADE



Fonte: "Educação de qualidade não se mede com ENADE" (arte: divulgação ENESSO).

O MESS mobilizou muitos estudantes para o boicote¹⁸ contra o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), por entender que este método não representa de certa forma para uma avaliação justa para os cursos, pois não é levando em consideração os conteúdos dos cursos, ou mesmo que se define como essencial na sua formação, dessa forma a ENESSO em conjunto com categoria profissional (ABEPSS e CFESS/CRESS) têm se posicionado em defesa de outro projeto de educação e avaliação que seja por uma educação superior pública, presencial e de qualidade. (ENESSO, 2016).

O boicote ao ENADE foi uma estratégia utilizada durante vários anos pelos estudantes do curso de Serviço Social no Brasil, porém no ENADE de 2013 a ENESSO decidiu não puxar o boicote, pois muitas as universidades públicas

¹⁷ O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é um dos instrumentos avaliativos que compõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES, implantado em 2004 pela Lei 10.861. A avaliação é realizada a partir de três elementos: a Instituição de Ensino Superior, os cursos, infraestrutura e o desempenho dos/as estudantes. (SOARES, 2018).

¹⁸ Saiba mais em: <https://enessooficial.wordpress.com/2016/07/12/enade-a-servico-de-quem/>

obtiveram a menor nota do exame por participar do boicote, em contra partida, escolas que possuem o curso de Serviço Social em EaD, obtiveram uma nota significativa.

Por isso o MESS convida todos os estudantes de Serviço Social para que participem do dia Nacional de Mobilização e não mais ao boicote. Porque não mais o boicote? Devido a atual conjuntura da Educação no Brasil, onde essa forma de avaliação vira instrumento do Estado para punir de maneira arbitrária as universidades públicas, assim atingindo aos estudantes militantes, esse sistema é se não a reproduz da lógica mercantilista, individualista, competitiva e também culpabilizadora, pois se o estudante não comparecer ou não justificar a ausência no dia da prova, dentro do prazo estabelecido, terá problemas na obtenção do certificado/diploma.

Todo esse processo punitivo e de mudança do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), atualmente realiza visitas em todos os cursos com a nota acima de 3 (três), no intuito de avaliar presencialmente suas condições de infraestrutura e pedagógica.

Às instituições de ensino superior que atingem nota inferior a 3 (três), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) elimina boa parte, sendo que a mesma não passa por nenhuma visita de verificação em relação às “condições de ensino”, e fica apenas restrito somente a avaliação do ENADE, dessa forma desrespeitando a especificidade do curso ou da região, ou seja, como sendo uma punição à universidade. (SOARES, 2018, p 18).

O ME realiza críticas pertinente a fazer ao SINAES/ENADE, em destaca temos: a visão produtivista do ensino - na medida em que os resultados do ENADE são facilmente utilizados como marketing; a desresponsabilização do Estado que atua meramente como observador do processo, sem intervenções substantivas; o caráter punitivo e obrigatório da prova; a centralização e o desrespeito às características regionais, entre outras. (ENESSO/Coordenação Nacional - Gestão 2017-2018¹⁹).

Importante ressaltar que a ENESSO entende a legitimidade do boicote enquanto uma estratégia de luta, entretanto, naquele momento histórico, a executiva

¹⁹ Cartilha da ENESSO de mobilização contra o ENADE/SINAES. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/2018/10/20/dia-nacional-de-mobilizacao-contr-o-sinaes-enade-2018/>. Acesso em: 13/nov/2020.

entendeu que a prioridade não era o boicote devido a todos os processos acarretados e sofridos por algumas escolas de Serviço Social que o realizaram, bem como pela pouca força política a nível nacional que esta estratégia estava tendo.

Entretanto, a executiva busca ressaltar sempre que será solidária e respeitará as escolas que optassem pela continuidade do boicote. Dessa forma os próximos anos seriam fundamentais que os estudantes estejam fortalecidos e mobilizados com bastante certeza de que este modelo de avaliação não os representa e que seja necessário criar estratégias unificadas e coletivas que vão no contra fluxo da lógica desta educação sucateada, mercantilizada e distanciada da real necessidade dos/as trabalhadores/as.

A prova do ENADE ocorrida no ano de 2017, foi marcada por inúmeros debates, com o movimento estudantil articulando-se com o Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS, na revisão e atualização da cartilha SINAES/ENADE²⁰. (CRESS – MA/Gestão "Resistência e Luta" - 2017/2020).

O MESS acrescentou contribuições inquestionável na (re) construção da história da profissão, protagonizando em diversos momentos:

[...] a ENESSO tem protagonizado diversas lutas no âmbito da categoria profissional, além da participação e contribuição em momentos históricos do Serviço Social brasileiro como, a exemplo, as elaborações do Código de Ética profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. (LIMA, 2019, p 45).

Assim, cabe destacar o histórico protagonismo político dos estudantes no traçado do significado social do Serviço Social brasileiro. Com estes quarenta anos de história, o MESS, e notadamente a ENESSO, vem construindo uma trajetória de lutas e resistências no mesmo caminho das lutas da classe trabalhadora. (MOREIRA, 2017).

[...] nos quase 40 anos de rearticulação do MESS, mesmo com diversos desafios postos à organização política do segmento estudantil, os/as estudantes vêm construindo uma trajetória de lutas e resistências na mesma trincheira de luta da classe trabalhadora. Como sabemos, a história não começa quando entramos nela; o caminho percorrido pelo MESS foi/é construído por muitas mãos, em diversas gerações, que coletivamente conduziram o direcionamento político da ENESSO em solo fértil de criticidade e enfretamento aos ditames do capital. (MOREIRA; CAPUTI, 2017; p. 138).

²⁰ Cartilha em anexo.

Pontuados elementos iniciais sobre o projeto social que a executiva tem construído, nos atemos aos processos que versam mais detidamente sobre os aspectos histórico-sociais, político-organizativos e sócio-políticos que perpassam o movimento de construção do MESS.

De acordo com estatuto da ENESSO (2019), tem em sua organização três frentes de trabalho – **ENESSO Feminista, Sankofa - frente étnico-racial, e LGBT** – que promovem campanhas, debates e constroem estratégias de enfrentamento e combate as opressões. Essas frentes assumem o compromisso de construção coletiva, em conjunto ao CFESS/CRESS e ABEPSS, orientada pelos princípios básicos defendidos no Código de Ética profissional, que abordam especialmente no [...] “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”. (CFESS, 2012; p. 23).

Como afirma Iamamoto (2003), o MESS, enquanto um espaço de formação política, teórica e de fortalecimento ético dos valores defendidos hegemonicamente pela categoria, contribui de forma significativa no exercício profissional do/a assistente social. Em outras palavras: as respostas profissionais às demandas apresentadas pelo movimento da realidade dependerão, obviamente, das condições objetivas postas por esta realidade concreta, mas também da apropriação de todo arcabouço teórico-metodológico, dos fundamentos e valores da profissão.

Pontuados elementos iniciais sobre o projeto social que a executiva tem construído, nos atemos aos processos que versam mais detidamente sobre os aspectos histórico-sociais, político-organizativos e sócio-políticos que perpassam o movimento de construção do MESS.

Assim, o CFESS Manifesta²¹ de 15 de maio de 2011, construído juntamente com a ABEPSS e a ENESSO, traz um posicionamento da gestão “ENESSO Vermelha” (2010/2011), o qual ratifica a afirmação quando diz que “por meio dos nossos encontros, reuniões e mobilizações, a executiva vem historicamente protagonizando as lutas estudantis que somam aos interesses da classe trabalhadora e dos movimentos sociais que caminham no contra fluxo do sistema opressor e desigual que é o capitalismo”. (MOREIRA; CAPUTI, 2017; p. 136).

²¹ Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta_diadoAS_SITE_FINAL.pdf

Em 2018, o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) comemorou os 40 anos de sua rearticulação e 30 anos de existência da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Nesse contexto, a executiva se depara com um quadro de dificuldades no interior do movimento, expressas em um intenso período de desarticulações e de desmobilização, não somente das suas bases, como também, em nível nacional, mas, também (e com especificidades diversas), no âmbito das articulações regionais. (LIMA, 2019; p. 38).

O desenvolvimento do capítulo aqui abordado, esteve baseado sobre um debate direto, entretanto, superficial sobre Universidade, Questão Social, UNE e Movimento Estudantil de Serviço Social. Lembrando ainda que adentro do eixo MESS, relacionou-se um debate acerca sobre a atuação e divisão da executiva baseados em seu estatuto, conjuntamente trazendo sua organização em três frentes de trabalho, tais como a: *ENESSO - Feminista* e *Sankofa-frente étnico-racial* e a *ENESSO LGBT*, estas que dentro do MESS realizam um forte debate, todavia, apesar pela superficialidade, destaca-se que seja de grande importância para categoria profissional, estudantil e para sociedade em geral.

Dessa forma, no próximo capítulo debateremos acerca de gênero, raça/etnia, este que é um tema de grande importância para Serviço Social. Este estudo buscará proporcionar um debate contemporâneo acerca da emancipação humana, em foco, das mulheres negras, sua luta contra a opressão e o racismo. Realizar este debate é uma forma de resistência e luta contra o preconceito, sendo assim, se faz necessário compreender os Princípios Éticos Fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, Lei nº 273/93 de 13 de março de 1993, citado anteriormente.

3 DEBATE DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTO ESTUDANTIL



“Este desenho representa toda a bagagem acadêmica que a pesquisadora desse trabalho levará para a vida toda. É também sobre um acúmulo adquirido pela vivência dentro da Universidade, conjuntamente pela participação no movimento estudantil e nos encontros da categoria profissional”. (Helen Cristina Ferreira da Silva, 2021)

3.1 A centralidade do debate de raça/etnia e gênero

O conceito de raça, segundo Munanga (2003), aparece pela primeira vez no estudo da zoologia e da botânica para classificar as diferentes espécies de animais e plantas existentes. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência ou linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que possuem um ancestral em comum, isto servia para diferenciar as classes sociais existentes naquele período.

Em contraponto, Meinerz (2017) discorre que:

O conceito de raça teve sua origem através de uma fundamentação biológica, dentro do paradigma de raça inferior e raça superior, apresentado por Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), um dos mais importantes teóricos do racismo no século XIX e defensor da superioridade da raça branca sobre as demais. (MEINERZ, 2017; p. 4).

Meinerz (2017) citando Schwarcz (1998) descreve que raça é um “[...] conceito original e negociado, construído por influência de teorias racialistas da Europa, aqui chegadas tardiamente e transformadas no Brasil.

No século XV, para explicar os diferentes povos encontrados, a igreja, através da teologia e das escrituras e com o mito dos três magos buscavam dar uma justificativa de três raças distintas: o negro, o branco e o amarelo, como afirma o autor:

Até o fim do século XVII, a explicação dos “outros” passava pela Teologia e pela Escritura, que tinham o monopólio da razão e da explicação. A península ibérica constitui nos séculos XVI e XVII foi palco principal dos debates sobre esse assunto. Para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que são também descendentes do Adão, prova parcialmente fornecida pelo mito dos Reis Magos, cuja imagem exhibe personagens representantes das três raças, sendo Baltazar, o mais escuro de todo. (MUNANGA, 2003; p. 2).

De acordo com Rocha (2014), as questões relacionadas às origens da humanidade continuaram por muito tempo sendo objeto de discussão e geração de teses, por vezes divergentes. Todavia, duas grandes vertentes predominavam: a monogenista e a poliginista. A visão monogenista, dominante até meados do século XIX, congregou maior parte dos pensadores que acreditavam que a humanidade era única, conforme preconizava a Bíblia. Contudo, acreditavam, que embora a

humanidade tivesse a mesma origem, maior ou menor degeneração ou perfeição do Éden geraria os tipos humanos. (SCHWARCZ, 1993; p. 48).

O iluminismo traz a racionalidade para o centro do debate, ou seja, se antes a base das explicações de “raça” residia na dimensão religiosa, agora realiza a transição para racionalidade resgatando esse conceito das ciências naturais. Já no século XIX, o termo “raça” tornou-se um meio de classificar as pessoas por suas características físicas. (BANTON, 1977; p. 39).

Por que a insistência de classificar a raça humana? Segundo Munanga (2003), é algo incontestável, e a classificação serve para operacionalizar o pensamento, essa classificação inicia com iluminismo, partindo da ideia de hierarquização das diferenças, colocando a “raça branca” acima de todas as outras, seguindo a teoria da raciologia, como afirma o autor:

“[...] a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos nascentes como o nazismo para legitimar as exterminações que causaram à humanidade durante a Segunda guerra mundial”. (MUNANGA, 2003; p. 5).

Munanga (2003) com base na raciologia, a cor da pele tem por significado a determinação de comportamento. Entretanto, ao trazer esse debate sobre cor da pele para o caso brasileiro, Meinerz (2017) discorre que “[...] em nosso país a cor branca ainda é considerada melhor do que qualquer outra cor de pele”.

Essa característica de negatificação da cor da pele negra recebe aqui uma variante singular no desenvolvimento do racismo no Brasil, pois temos uma riqueza e multiplicidade de tons e cores, infelizmente marcada pelo imaginário racista de quanto mais embranquecida a pele mais aceitável do ponto de vista das relações sociais. (MEINERZ, 2017; p. 5).

Já sobre “raça”, conceito mais empregado no dia atuais, principalmente no ambiente acadêmico, é utilizado para criticar uma categoria social de dominação e exclusão, dessa forma, o conceito de raça como hierarquização nos leva ao conceito de racismo.

[...] o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados de raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (MUNANGA, 2003; p. 7).

A questão central do racismo está intrinsicamente ligada na inferiorização de um determinado grupo social, com traços culturais linguístico e religiosos distintos do sujeito que se percebe como referência universal.

A ideologia racista brasileira adora um eufemismo, aquela figura de linguagem que disfarça, que substitui palavras como “ladrão” por expressões como “espertalhão” e assim por diante. Isso porque o componente operacional do racismo à brasileira é a hipocrisia. (CUTI, 2010, p. 6).

Seguindo esta linha, Moura (1990 *apud* ROCHA, 2014) descreve que o racismo, se dá a partir do mito de superioridade racial de um povo sobre o outro, onde encobre os interesses em conseguir uma hegemonia econômica, social e cultural sobre os povos que se consideram mais fracos, por exemplo, a população desfavorecida da sociedade, ou seja, a população negra. (MOURA, 1990; p. 214).

O antropólogo João Batista de Lacerda²², no ano de 1911 afirmou que no prazo de 100 (cem) anos os negros seriam extintos do Brasil através da miscigenação e juntamente pelo “poder do gene branco” sobre a população negra, pois acreditava-se que o “gene branco” seria mais forte e predominante que o “gene negro”, dessa forma embranqueceria a nação.

O autor foi bastante criticado por outros intelectuais da época, pois 100 (cem) anos eram muito tempo para extinguir toda uma população. Seria uma enorme decepção se estes intelectuais estivessem presentes na atualidade, pois como pode-se notar, dados do IBGE do censo de 2010 apresentam que a população negra não foi extinta e tornou-se maioria da população brasileira. (ROCHA, 2014; p. 37).

Compreende-se, que a população brasileira é composta por 53,6%, por pessoas negras e pardas (IBGE, 2010), embora sejam dados de uma agência de pesquisa, vale ressaltar sobre a importância do reconhecimento de raça/etnia e da

²² *Grifos nossos*: João Batista de Lacerda é conhecido como o primeiro professor de antropologia do Brasil. Foi presidente da academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e único cientista sul-americano convidado para participar do Congresso Universal das Raças, em 1911.

autodeclaração da população. Os dados citados representam mais da metade da população brasileira, todavia, embora haja um aumento pela autodeclaração, a população negra no Brasil foi vítima por mais de trezentos anos por situações de vitimização e escravidão, e isto, apenas reforça que uma parcela da população não queira ser reconhecida por este momento.

A palavra *etnia* significa “*gentio*”, proveniente do adjetivo grego *ethnikos*, assim seu adjetivo se deriva do substantivo *ethnos*, que significa *gente* ou *nação estrangeira*. É um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física. (SANTOS; et al, 2010; p. 122).

Seguindo essa lógica, o conceito de etnia é definido como: um conjunto de indivíduos que partilham de um mesmo ancestral ou de uma mesma língua compartilha da mesma visão de mundo.

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, etc. (MUNANGA, 2003; p. 12).

Outro detalhe importante para ser destacado sobre o termo etnia é sua substituição pelo conceito de raça, uma vez que raça não existe para o ambiente acadêmico e a introdução de um novo conceito não tende a definir as questões sem resoluções pelo racismo, como aponta o autor:

Alguns, fogem do conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. (MUNANGA, 2003; p. 13).

Os conceitos de raça e etnia na perspectiva das ciências sociais, de acordo com Meinerz (2017):

[...] só podem ser entendidos como construções históricas, invenções sociais e, sobretudo, vivências culturais. Esses construtos se desenvolvem de forma diferenciada conforme a sociedade em que acontecem, como experiência cotidiana, das relações entre os indivíduos, mediadas pelos grupos e instituições coletivas. (MEINERZ, 2017; p. 64).

Para Cashmore (2000; p. 198), não há relação entre os dois conceitos, raça e etnia, embora reconheça que, na atualidade, haja, muitas vezes, uma sobreposição dos dois, à medida que um grupo, denominado de raça, é frequentemente expulso/excluído das principais esferas da sociedade e é obrigado a suportar duras provações, sendo essas as condições que contribuem para o crescimento de um grupo étnico.

Discriminação racial ou étnico-racial, *seria*: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (BRASIL, 2010).

Reforçados por ações do Estado e da sociedade civil, constituído por discursos excludentes que estimulou, ao longo da história, conceitos de nacionalidade que determinaram um discurso cultural distante da realidade multicultural²³ do país, principalmente da influência africana. Assim, a identidade negra no Brasil vem sendo construída historicamente em uma sociedade que padece do mito da democracia racial. (PROJETO ENCRESPA, 2016; p. 5).

Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no qual os negros foram delegados a estar no polo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no polo dominante, pode-se notar avanços com relação à política de ações afirmativas na busca pela igualdade racial no Brasil, consolidados a partir da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)²⁴ em 2003, e pela aprovação do Estatuto da

²³ O termo multicultural, envolve, sobretudo, a coexistência de formas culturais ou de grupos caracterizados por culturas diferentes no seio da sociedade, ou seja, podendo estar conjuntamente relacionada a questão ambiental, rural, indígena, sexual, racial e dentre outros. (MOTA, 2007; p. 21).

²⁴ Atualmente denominada de Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, está vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, sendo comandada por uma mulher indígena: a jornalista e documentarista Sandra Terena. As ações da secretária são fortemente desmontadas pelo avanço do conservadorismo do governo Bolsonaro. Em notícia, a Seppir e FCP avaliam ações para fortalecer a pauta conservadora do governo Bolsonaro. Ver mais em: <http://www.palmares.gov.br/?p=56822>

Igualdade Racial em 2010, essas ações indicam um rumo positivo nas políticas públicas dos últimos anos. (FERREIRA, 2017; p. 06).

Nesse sentido, alguns conceitos relevantes foram destacados no Estatuto da Igualdade Racial, em conformidade com Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010:

Art. 1º: Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - Desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

[...]

V - Políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - Ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. (BRASIL, 2010).

Debatendo com Almeida (2010) há de se destacar que essas políticas apenas funcionam como estratégia na luta pela ampliação de direitos em uma sociedade que utiliza o critério racial como mais um dispositivo para a opressão de negros e negras, neste sentido:

[...] as políticas de ações afirmativas são estratégicas na luta pela ampliação de direitos [...] elas colocam na centralidade do debate a produção e a reprodução da desigualdade a partir da opressão racial. E isso não quer dizer que a opressão racial seja um dispositivo deslocado da classe, muito pelo contrário, entendemos que na sociedade de classe o racismo tem uma função, que é manter a subordinação de negros/as e definir seus lugares na sociedade capitalista. (ALMEIDA, 2010; p. 4).

Podemos encontrar diversas definições sobre Ações Afirmativas que, embora tenham algumas diferenças em relação ao conceito, não se distanciam em sua essência no que se refere ao seu objetivo fundamental, pois como destaca

Vinagre (2009, *apud* ROCHA, 2014) “a garantia de direitos de grupos socialmente em situação desigual e de desvantagem histórica”.

Para Gomes (2003), as *ações afirmativas* atualmente podem ser definidas como:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compensatório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como a educação e o emprego. (GOMES, 2003; p. 27).

Ao tratarmos sobre gênero, deve ser levado em consideração que o seu conceito está hegemonicamente designado à construção social do masculino e do feminino. Cisne e Santos (2018) destacam que o conceito de gênero é concebido como o que determinado socialmente e o sexo é considerado biológico, ou seja, são conceitos pré-definidos pela sociedade, não importando qual sua orientação sexual, portanto, os estudos feministas já avançaram neste debate, entendendo que a própria noção que temos de sexo é algo construído histórica e culturalmente.

Ao analisar as relações de gênero e étnico-raciais, no período colonial, à mulher branca era limitada ao espaço doméstico, no contexto marcado pelo poder da família patriarcal (DUARTE, 1997). Já à mulher negra escravizada, sob o imperativo de coisa, restou a condição brutal de objeto de trabalho e de satisfação de desejos sexuais, especialmente de seus senhores. (FERREIRA, 2017; p. 23).

Carneiro (2003) discorre sobre a violação colonial proferida pelos homens brancos contra as mulheres negras e indígenas, e que a miscigenação existente na atualidade está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o mito da democracia racial latino-americana, tornando-se o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades. (CARNEIRO, 2003).

Ângela Davis (2016; p. 12) discorre sobre o quanto as mulheres escravas também estavam constantemente vulneráveis as todas formas de coação sexual e de violência, ou seja, a mais cruel e violenta forma de punição lhes eram dada através de castigos, ocasionando com que essas mulheres eram mutiladas e violadas, sendo assim a forma mais viável de controle. Um ponto importante neste

processo era o abuso que facilitava também a crueldade da exploração econômica do seu trabalho.

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica distinta com fatos que contribuíram para fortalecer a luta e a batalha de todas as mulheres pela emancipação e a fortalecimento da identidade feminina,

Suely Carneiro (2003), ao pontuar, a heterogeneidade das mulheres, aponta que as mulheres negras foram, historicamente, brutalizadas. Enquanto as mulheres brancas eram enquadradas no mito da feminilidade e do sexo frágil que necessitava de proteção, às mulheres negras eram escravizadas, amordaçadas, punidas, estupradas e exploradas. Vale destacar que não deve ser esquecidas as formas de opressão sofridas no passado, que jamais poderá ser considerado sexo frágil e a história diz que fragilidade da mulher negra é apenas um mito, e como afirma a autora:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (CARNEIRO, 2011; p. 2).

Ângela Davis (2016; p. 12) afirma que as mulheres negras, como trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o sexo frágil ou como esposa/dona de casa, pois homens, mulheres e crianças eram todos parte de uma única classe, a dos escravos.

O feminismo negro começa a ganhar força nos anos 1980, vale lembrar que antes do movimento feminista negro, as mulheres brancas lutavam pelo direito de votar e ao direito de poder trabalhar, paralelo a isto, a mulher negra lutava para ser considerada uma pessoa digna de direitos, e esse é um ponto que faz toda diferença. (CARNEIRO, 2016; p. 100).

Segundo Djalma Ribeiro (2016), o movimento feminista negro se fortalece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, e esse movimento dá forças para formar os primeiros coletivos de mulheres negras.

No Brasil, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras acontece em dezembro de 1988, em Valença, no Rio de Janeiro. Nessa mesma época já aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de mulheres negras em vários estados brasileiros, podemos considerar esse encontro como um grande avanço acerca da mobilização no combate às opressões de gênero e raça existentes no Brasil. (ROCHA, 2014; p. 79).

O movimento das mulheres caminha em direção à emancipação e com uma base para a construção das estruturas sociais e aos direitos das mulheres, Lélia Gonzalez (1984) e Sueli Carneiro (2003), destacam a importância do reconhecimento da especificidade da condição da mulher negra e indígenas no movimento feminista no Brasil e sua bandeira de luta, assim, como afirma Carneiro (2011):

[...] movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro. (CARNEIRO, 2011, p. 2).

E assim o movimento feminista vem enegrecendo, e lutando contra as desigualdades de gênero, raça, etnia, classe e orientação sexual, e dessa forma, transformando as mulheres em novos sujeitos políticos. Vale destacar, o caminho percorrido por elas no período colonial até a contemporaneidade, ou seja, apesar de todos os esforços, as mulheres negras em foco, que ainda está ocupando espaços de trabalho subalterno e muitas vezes de trabalho escravo. (CARNEIRO, 2003; p. 119).

Compreendemos que segundo Sueli Carneiro (2017), as mulheres negras são socialmente mais desvalorizadas em todos os níveis, inclusive, esteticamente, com falas do tipo que “*a mulher branca é pra casar e mulher negra só pra fazer sexo*”, e isso vem de todo contexto vivido por elas desde a escravidão como já mencionado no decorrer do texto, sendo assim apenas aceitável um “padrão estético” da mulher branca, este sendo o “ideal estético feminino”, como aponta a autora:

[...] Sendo assim a desqualificação estética da mulher negra e a suposta valorização estética da mulher branca classificadas respectivamente como Fuscas e Monzas longe de ser um artifício retórico através do qual como se esperava o autor iria desvelar criticamente a perversa lógica machista e racista presente nas relações afetivas Inter étnicas e dentro do grupo negro contrariamente presta-se somente a ratificar de forma naturalista os preconceitos e estereótipos correntes no imaginário social a respeito das mulheres. (CARNEIRO, 2017, p. 4).

Dessa forma, é nítido observar a questão da valorização do *branco* na sociedade brasileira, assim sendo, que desde a abolição dos escravos no Brasil, a pessoa negra sempre estará segregada à parte da sociedade excluída, subalternizada e vulnerabilizada.

Vale sempre ressaltar que a população brasileira é composta em sua maioria de pessoas negras e pardas, e que, essa população foi vítima por mais de trezentos anos por situações de vitimização e escravidão, pontos estes que jamais poderão ser esquecidos e que devem ser debatidos em todos os espaços, ou seja, na universidade, em casa, na escola e nos espaços de formação profissional.

Considerando tudo o que foi exposto acerca das diferenças conceituais existentes entre raça e etnia, no próximo item, utilizaremos a expressão “étnico-racial”, por entender que as relações de desigualdades presentes na sociedade brasileira, bem como o racismo e a discriminação se estruturam com base nos critérios raciais (fenotípicos), conjuntamente nas diferenças culturais e religiosas.

3.2 A relação da raça/etnia e gênero no Serviço Social brasileiro: levantamento das discussões contemporâneas

Como abordado anteriormente, o debate sobre o conceito de raça/etnia e gênero é fundamental para compreender a importância destes dentro da formação profissional do Assistente Social, dessa forma, a seguir iremos trazer uma discussão contemporânea, a partir dos materiais produzidos pelos profissionais do Serviço Social.

De acordo com Almeida (2013), ao longo das últimas décadas a relação do Assistente Social no engajamento da luta e da militância junto ao movimento negro e de mulheres negras vem crescendo desde os anos 80, assim raça/etnia e gênero vêm fazendo parte de pautas para o debate da categoria.

Neste processo, tais temas ganharam força com a aprovação do Código de Ética de 1993, e com a Lei de Regulamentação Profissional nº 8.662/93 que demarcam em seus princípios no exercício profissional o combate de toda forma de opressão e discriminação. (CFESS, 1993).

Além disso, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, estas que são as diretrizes que defendem a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as quais que apontam em seu conteúdo programático a incorporação de conteúdos obrigatórios nos currículos acadêmicos sobre a questão étnico-racial que buscam sustentar e consolidar o Projeto Ético-Político da profissão. (IAMAMOTO, 1993; p. 102).

O Serviço Social, sob a orientação do marxismo vem construindo um projeto de profissão sustentado por um arcabouço teórico metodológico direcionado pelo esforço de apreensão da realidade e uma direção ético-política vinculada às lutas da classe trabalhadora, e neste sentido, o debate sobre a questão étnico-racial e sua inserção nos currículos acadêmicos é um deles.

De acordo com Rocha (2014; p. 20), discutir a questão étnico-racial no âmbito da formação em Serviço Social, é senão um desafio, ou seja, se expressa em cenários de múltiplas violações de direitos que se expressam em todas as esferas da vida social da classe trabalhadora. Pois a população que mais solicita ações do Serviço Social se constitui na maioria por aqueles que experienciam cotidianamente a violência étnico-racial e de gênero, isto é, são pobres, negros e mulheres.

A importância da articulação das categorias (classe, raça/etnia e gênero) para a compreensão das relações sociais e dos seus determinantes. Pois, o/a assistente social se vê impelido a intervir sobre uma realidade de múltiplas violações de direitos, em uma sociedade burguesa marcada por desigualdade social e a interversão/atuação deste profissional deverá estar comprometido com os princípios do seu código de ética, que afirma que o posicionamento profissional deve ser em favor da equidade e justiça social. (ROCHA, 2014; p. 21-22).

O exercício profissional deve ser realizado “sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física”. A direção ético-política do projeto profissional está vinculada ao “processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero”. (CFESS, 1993; p. 18).

Segundo Iamamoto (2007) o debate étnico-racial possui uma relação direta com objeto de trabalho do Assistente Social, as expressões da Questão Social, uma vez que:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas sociais públicas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. [...] É nesse terreno de disputas que trabalham os assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2007; p. 160).

Neste sentido, o compromisso com o projeto profissional está articulado entre Estado e sociedade civil, voltado para o processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. Visto que, numa sociedade capitalista exploratória, se a luta antirracista não for alvo para enfrentamento e combate, as relações sociais serão continuamente marcadas por desigualdades.

Portanto ao tratarmos da questão étnico-racial no debate do Serviço Social é necessário direcionarmos para esta temática com um compromisso ético e político, ou seja, com base nos princípios VI, VIII e XI do Código de Ética do Assistente Social.

[...] VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
[...]
XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993).

Nesta direção destacam-se as ações desencadeadas pelas Entidades organizativas da categoria (CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS), como por exemplo, o GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” da ABEPSS; a brochura do CFESS publicada em 2016: “Assistente Social no combate ao preconceito; as edições do “CFESS Manifesta”, em alusão ao 20 de novembro, conhecido como “Dia da Consciência Negra”.

Na realização do 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, realizado entre os dias 07 e 10 de setembro de 2017, em Brasília/DF, decidiu-se que a Campanha de Gestão 2017/2020, teria como proposta temática *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*. Neste caminho, os apontamentos da presidente do CRESS/RJ Dácia Teles, são importantes:

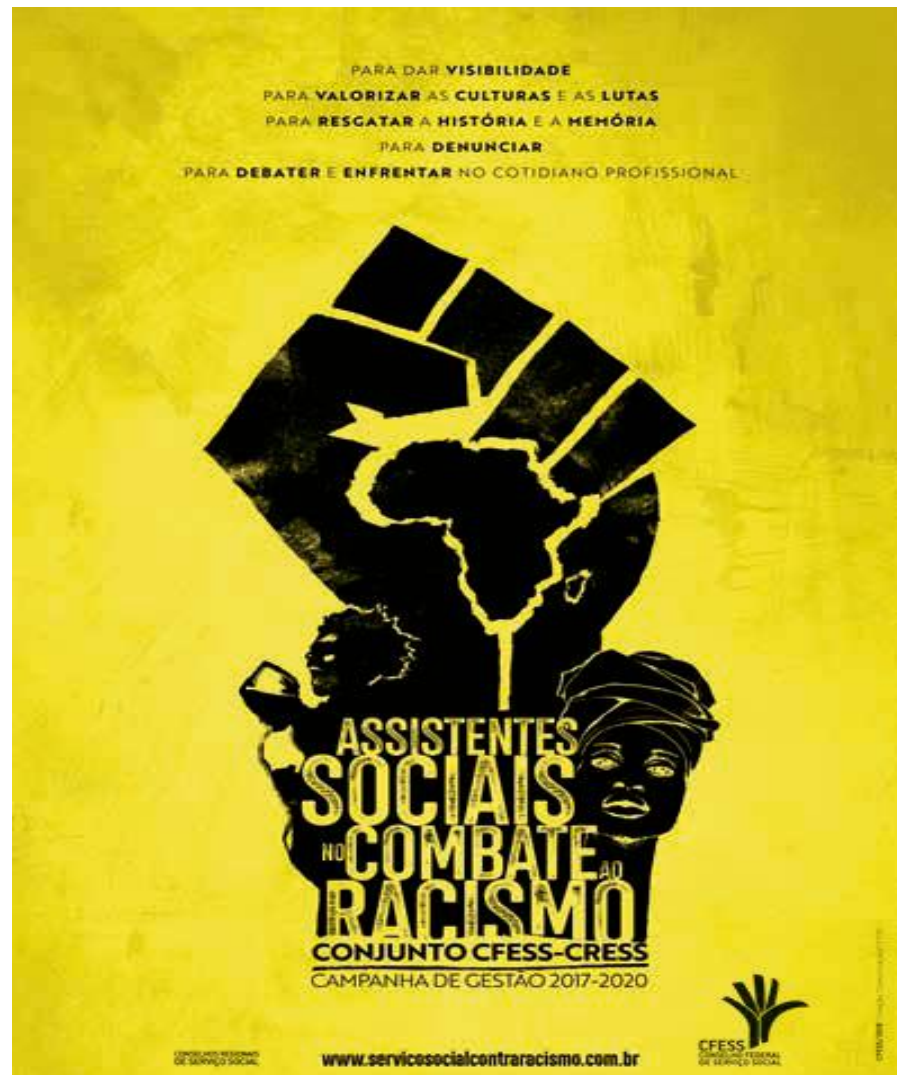
Essa proposta é resultado de uma decisão coletiva da categoria. A campanha surge como forma de convidar todas as assistentes sociais em seu trabalho cotidiano em identificar o racismo e suas expressões. Mas é também um convite para pensarmos estratégias para combatermos as discriminações e preconceitos que temos conhecimento, a partir de nosso exercício profissional. (CFESS, 2018, n.p).

A campanha trouxe como objetivos:

Dialogar com toda a categoria de assistentes sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo; Incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade para ações que já ocorrem; Denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo; Valorizar a população e a cultura negra. (CFESS, 2018, n.p).

Os objetivos citados demonstram sobre a importância por se ter um direcionamento acerca das ações no cotidiano profissional, dessa forma, a campanha do CFESS se materializou, em seu primeiro cartaz “*assistentes sociais no combate ao racismo*”. (CFESS, 2018).

Figura 4: Cartaz “assistentes sociais no combate ao racismo” (CFESS, 2018)



Fonte: <http://servicosocialcontrar.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2018/11/logo-campanha.jpg>

O cartaz de lançamento (2018) apresentou o selo da campanha, usado em todas as peças produzidas. O selo é um punho cerrado negro, inspirado no gesto fortemente identificado no período à saudação *black power*, usada pelos Panteras Negras, com um mapa da África na palma da mão. Abaixo, pessoas negras em volta do punho, valorizando a cultura, as religiões de matriz africana, a resistência e a luta. (CFESS, 2018).

Figura 5: Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro - dia do/a assistente social (maio/2019)



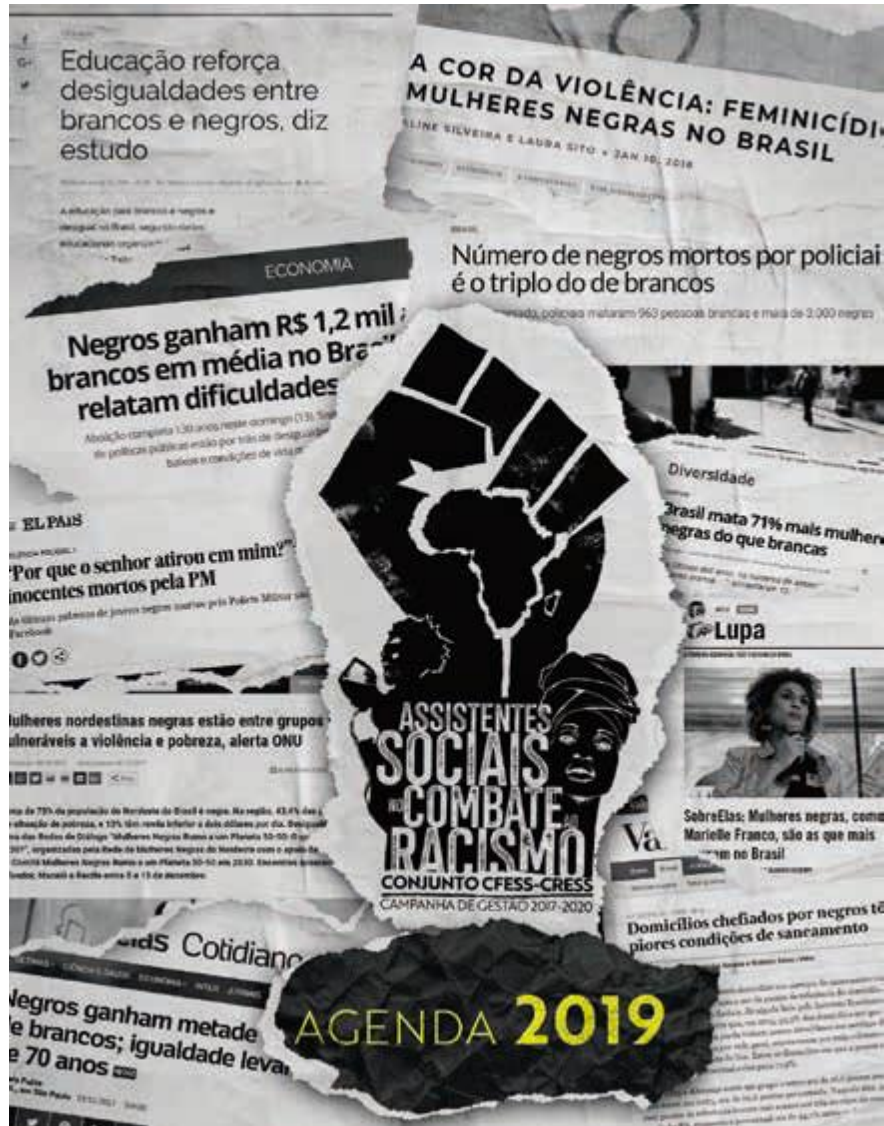
Fonte: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/wp-content/uploads/2019/06/DiaAS2019-Cfess-CartazFinal-600x900.jpg>

O mote criativo para as comemorações do Dia do/a Assistente Social de 2019 traz a denúncia de que são mulheres pobres e negras as que mais sofrem com a regressão de direitos, vide o projeto de contrarreforma²⁵ da previdência do

²⁵ No dia 22 de outubro de 2019, mais uma substantiva alteração para pior é feita na vida dos/as trabalhadores/as brasileiros/as, com a aprovação, por 74% dos/as senadores/as, da contrarreforma da previdência social, proposta pelo governo Bolsonaro em fevereiro de 2019, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6. Agora, resta apenas a promulgação pelo Congresso Nacional, ato formal de oficialização da emenda, com previsão para novembro de 2019. Texto de Mariana Furtado, página 103 (CFESS, 2020) Disponível em: CFESS Manifesta. Gestão É de batalhas que se vive a vida! (2017-2020).

governo. Num diálogo direto com a campanha de gestão (2017-2020), a peça gráfica reafirma o compromisso da categoria no combate ao racismo. (CFESS, 2019).

Figura 6: Agenda Assistente Social 2019



Fonte: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Agenda2019Cfess-Capa-Ste-600x800.jpg>

A capa da Agenda Assistente Social 2019, foi resultado de um trabalho coletivo de assistentes sociais negros e negras, que vêm constantemente contribuindo para o debate acerca da questão racial no Serviço Social brasileiro ao longo dos anos. (CFESS, 2019).

A gestão do CFESS **É de batalhas que se vive a vida! (2017-2020)** apresentou à categoria profissional e à sociedade, um livro que reunia todos os textos teóricos e políticos da publicação regular e já bem conhecida dos nossos

informativos **CFESS Manifesta**, organizada pela Comissão de Comunicação. Já fazem parte das bandeiras de luta do Serviço Social brasileiro (SANTOS, 2017):

- Combate a todas as expressões (práticas e ideológicas) que alimentem as teorias do embranquecimento e o mito da democracia racial;
- Garantia de que o racismo seja tratado como crime inafiançável;
- Solidariedade internacional contra a discriminação de imigrantes e povos não brancos de todo o mundo;
- Salário igual para trabalho igual (para homens e mulheres, negros/as e brancos/as);
- Investimentos sociais para a comunidade negra (inclusive a quilombola);
- Cotas para os concursos e serviços públicos, proporcionais à presença da população negra;
- Fim de todas as formas de terceirização e precarização, que atingem particularmente os setores oprimidos, a começar por mulheres negras;
- Combate à violência racista e ao genocídio da juventude negra;
- Fim da perseguição e criminalizações dos movimentos e ativistas;
- Atenção médica às enfermidades com maior incidência entre negros/as, como anemia falciforme, diabetes, miomas e hipertensão, dentre outras. (SANTOS, 2017, p. 39-40).

Como aponta Soares (2018) o Assistente Social tem compromisso ético “[...] na eliminação de todas as formas de preconceito [...]” e a “[...] defesa intransigente dos direitos humanos [...]”. Podemos contribuir tanto na formulação, quanto na gestão ou na execução dos serviços, com a alteração de instrumentos e rotinas de trabalho; para criar espaços que permitam refletir sobre o racismo e as desigualdades não só junto aos usuários, mas também aos trabalhadores.

Josiane Soares (2018) discorre que o direito à vida tem sido literalmente negado à maior parte da população negra desse país. As mortes violentas é senão a expressão mais visível entre vários outros que poderiam ser mencionados, ou seja, existe um fator que é comum: *O Estado brasileiro mata!*

Ainda não podemos dimensionar os impactos da pandemia de *corona vírus*, tanto na vida, quanto na organização da sociedade, pois:

Em um país onde parte considerável da população vive com menos de um salário mínimo e milhões estão desempregados/as ou subempregados/as [...] é necessário que haja medidas governamentais que se voltem para toda a classe trabalhadora e reafirmem a inclusão da população, em especial, das pessoas em situação de rua; negros/as; LGBTI; trabalhadores/as do sexo; catadores/as de lixo e cooperativados/as de reciclagem; populações ribeirinhas, pescadores artesanais; empregadas/os domésticas/os; diaristas; artesãs/ãos e camelôs. (CFESS, 2020).

Esse “discurso de ódio e extermínio” será ainda mais intensificado nos próximos anos, pois o atual governo representa, senão, um grande retrocesso à política social brasileira, em especial, à classe trabalhadora e negra. Um governo que incita qualquer forma de violência - física, social, política - instiga a opressão de gênero, raça, etnia, livre orientação sexual dentre outros, além de tudo tem realizado diversos cortes na área da seguridade e nas demais políticas sociais. (SOARES, 2018; p. 81).

Enfim, Soares (2018), afirma que enquanto assistentes sociais, não estamos dispostos/as a ser parte dos/as agentes que dão vida ao racismo institucional em nossos locais de trabalho. Para dar visibilidade a isso, o Conjunto CFESS-CRESS convoca os assistentes sociais para construir a campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, pois nessa luta diária, deve-se ampliar os direitos dos/as usuários/as. Queremos que todos/as saibam que, para a categoria de assistentes sociais, as “vidas negras importam!”.

3.3 Reconhecimento de Raça/Gênero no Movimento Estudantil de Serviço Social

A Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) é a entidade de representação máxima dos estudantes de Serviço Social, da qual busca contribuir com a construção de outro projeto societário articulando o Movimento Estudantil de Serviço Social em nível nacional, interagindo com outros movimentos sociais, fomentando o debate acerca de questões sobre conjuntura, cultura, formação profissional, movimento estudantil, universidade e opressões, articulando com o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS em defesa do projeto ético-político.

O MESS luta pela igualdade de classe, gênero, sexualidade e raça e etnia criando assim, condições concretas para transformação do conjunto da sociedade. Dessa forma apresento uma breve relação com a dimensão estratégica da ENESSO:

Que o Movimento Estudantil de Serviço Social - MESS aprofunde sua luta anticapitalista e anti-imperialista. Por uma sociedade livre, igualitária contra a intolerância religiosa, sem exploração e opressão de classe, gênero, étnico-racial, orientação sexual e demais opressões e explorações sofridas pela classe trabalhadora [...]. (ENESSO, 2012).

A estrutura organizativa da ENESSO tem as discussões direcionadas a partir de 6 (seis) eixos, sendo: *Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às Opressões*, que encontram-se definidos no estatuto da entidade, e também destacaremos as três frentes de trabalho: *ENESSO Feminista, Sankofa - frente étnico-racial*, e a *ENESSO LGBT*, que possuem objetivos de promover campanhas, debates e construir junto aos estudantes as estratégias de enfrentamento no combate às opressões. Essas frentes tem como compromisso a construção coletiva junto com o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS. (ENESSO, 2019).

Segundo o Estatuto da Entidade (ENESSO, 2019), a coordenação de *combate às opressões* tem como finalidade:

Fomentar a discussão como eixo central a questão social e a violação dos direitos humanos que se expressam na vida cotidiana através do racismo, machismo, xenofobia, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia, a questão da deficiência e demais opressões à classe trabalhadora e suas expressões;

Articular com os Movimentos Sociais que combatam as opressões, buscando assim o enfrentamento das desigualdades históricas, para garantir a transformação societária;

Construir um espaço que proporcione um acúmulo pedagógico da temática LGBT dentro do MESS, um TRANSMESS, [...] fazendo uma defesa do respeito à diversidade humana e aprofundar os debates acerca das transexualidade e da transvestilidade dentro dos espaços do MESS e da categoria profissional. (ENESSO, 2019).

A partir daqui, buscaremos dar um enfoque à frente Sankofa, haja visto que, está se correlaciona ao tema proposto deste trabalho, e dessa forma, apresentamos seu significado. O conceito de Sankofa (*Sanko = voltar; fa = buscar, trazer*) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro.

Se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental. Este símbolo faz parte de um conjunto ideográfico, o *adrinkra*, que o povo da antiga Costa do Ouro (atual Gana), o povo Akan, concebeu, e que posteriormente, se espalhou pelo Togo, Costa do Marfim e países da África Ocidental. Este é um dos exemplos mais conhecidos da resistência esculpida em ferro que os colonizadores até então não entendiam o significado daquele símbolo, mas que todos aqueles, vindos do

continente africano, o identificavam como uma simbologia de luta, de resistência e de preservação de suas histórias.

Sankofa representa os conceitos de auto-identidade e redefinição, faz parte do conhecimento dos povos africanos, expressando a busca de sabedoria em aprender com o passado para entender o presente e moldar o futuro. Sankofa ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar, é assim, uma realização do eu, individual e coletivo. (NEACP, 2014).

Figura 7: Ilustração do pássaro SANKOFA



Fonte: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2018/09/sankofaenesso.jpg>

Nesta perspectiva de uma construção coletiva, Moreira; Caputi (2017; p. 132) destacam que:

[...] o MESS enquanto um espaço coletivo que possibilita a formação política e teórica dos/as estudantes, faz interlocução e fortalece a direção social do projeto de formação profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, que tem a perspectiva de totalidade da realidade social. (MOREIRA; CAPUTI, 2017; p. 132).

O movimento estudantil, cumpre um papel fundamental no processo de formação profissional, sendo uma das prioridades do MESS, a contribuição positiva

junto com categoria profissional a partir do levantamento das demandas postas pela base do movimento estudantil.

[...] o protagonismo político do MESS, sendo um diferencial no processo histórico do Serviço Social brasileiro e, além disso, enquanto dimensão político-organizativa do segmento estudantil, possui papel essencial no fortalecimento da organização política da categoria profissional, no exercício profissional do/a assistente social enquanto possibilidade de materialização de elementos do Projeto Ético-Político e, não obstante, para o robustecimento das lutas sociais. (MOREIRA; CAPUTI, 2017; p. 138).

É importante citar que o último Caderno de Deliberações do ENESS, construído em Uberaba/MG (XXXIX ENESS TRIÂNGULO MINEIRO²⁶, 2018) tratou de realizar uma discussão aprofundada na temática étnico-racial. Este cumpre importante papel diretivo que norteia as bandeiras de luta da ENESSO, com base nos acúmulos históricos do MESS, dessa forma, compreendemos que é importante que haja uma análise de conjuntura profunda, organizada em um documento próprio que possibilite a exposição das ideias para esboçar situações que são denunciadas nos encontros nacionais e regionais, na perspectiva de totalidade. Neste sentido, tomemos algumas formulações que estão vigentes conforme o Caderno de Deliberações de 2018:

[...]

20. Que a ENESSO se coloque na luta.
21. Que a ENESSO se posicione contra a entrada da Polícia Militar em todos os campi das Universidades.
22. Que a ENESSO se coloque na luta pela liberdade de Rafael Braga.
23. Contra o genocídio da juventude negra. Marielle Vive!
29. Contra a reforma da previdência. (ENESSO, 2018; p. 7).

Nessa perspectiva, as deliberações apresentam formulações que em todos os anos são afinadas com o projeto profissional hegemônico do Serviço Social, que não reproduzem concepções alinhadas com as perspectivas conservadoras e antidemocráticas.

Vale ressaltar que o Caderno de Deliberações de 2018 sofreu reconfigurações na sua apresentação organizativa enquanto documento, o que identificamos como um aprimoramento do seu sentido pedagógico. Contudo, por mais que o Cadernos de Deliberações possuam uma grande importância para a ENESSO, é possível localizar encaminhamentos referentes às pautas

²⁶ Acesse: <https://enesstriangulo.wixsite.com/enesstriangulo/apresentacao>

desatualizadas, repetitivas, que apresentam uma fraqueza no processo de construção de síntese e sistematização.

4 OLHOS ATENTOS BRAÇOS FORTES PRA ENEGRECER, JUVENTUDE NEGRA ORGANIZADA PARA TOMAR O PODER: SERVIÇO SOCIAL, RAÇA/ETNIA O DEBATE NO INTERIOR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL



Estes desenhos representam toda a beleza e força das mulheres negras e toda sua história, pois, hoje estão ocupando diversos lugares de representação e de representatividade que um dia os foram negados, todas nós, seguimos em busca de nossos direitos e na efetivação da equidade. (Helen Cristina Ferreira da Silva, 2021).

4.1 Procedimentos metodológicos

O primeiro movimento que o/a pesquisador/a precisou fazer foi de organizar seu material coletado. Desde o momento da coleta dos dados e dos procedimentos iniciais da pesquisa, podemos dizer que o/a pesquisador/a já está analisando seus dados.

O presente trabalho de conclusão de curso fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, que como destaca Gil (2016), é um tipo de pesquisa elaborada com base em materiais teóricos-críticos disponíveis em sites, como por exemplo revistas eletrônicas do âmbito acadêmico, conjuntamente como teses e dissertações.

Marconi; Lakatos (2003; p. 183) reforçam ainda que a pesquisa bibliográfica não é a repetição do que já foi escrito, mas propicia a análise de um tema com uma nova abordagem, podendo assim chegar a conclusões inovadoras.

Para análise e compreensão dos dados coletados o método “*Materialismo Histórico Dialético*” foi de suma importância, pois o mesmo visa a compreensão da totalidade. O método propicia um conhecimento teórico, partindo da aparência, pois

visa alcançar a essência do objeto estudado, aludindo a uma determinada posição ou perspectiva, podendo assim, extrair do objeto as suas múltiplas determinações. (PAULO NETTO, 2011; p. 53).

O método de pesquisa qualitativa se fez necessário, pois como Minayo (1993) destaca, este tipo de abordagem se fez importante, pois:

[...] realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volta com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas. (MINAYO, 1993; p. 244).

O questionário é um importante instrumento no processo da pesquisa, conforme Lakatos e Marconi (2009, p. 203) o questionário é “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de questões [...]”, podendo conter perguntas abertas e/ou fechadas e/ou de múltipla escolha.

Na construção deste trabalho, a pesquisa se baseou no método materialista histórico dialética, adotando como técnica de coleta de dados a aplicação de questionário online que ficou disponível por 6 (seis) meses, de novembro de 2019 a abril de 2020, sendo utilizado de perguntas abertas e fechadas, contendo em seu corpo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para resguardo das participantes envolvidas.

O questionário ora citado, foi distribuído por *e-mail* e em grupos do *Whatsapp* administrados pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social²⁷. Assim, dezenove pessoas responderam, sendo todas mulheres estudantes do curso de Serviço Social pertencentes da região IV da divisão da ENESSO, público alvo da presente pesquisa.

4.2 Análise dos dados da pesquisa

Como sabemos, ao longo da história, o movimento estudantil destacou-se como núcleo de resistência contra qualquer ataque que ameaça à retirada de direitos democráticos e sociais da população. O ME atrai vários estudantes, que

²⁷ *Grifos nossos*: Para uma maior articulação entre os estudantes de Serviço Social do Brasil a executiva utiliza redes sociais e aplicativos de mensagens, para realizar uma maior propagação de informações relacionadas ao curso e sobre as ações das Coordenações Regionais e da Coordenação Nacional.

pautam suas variadas bandeiras de luta e que cada vez mais buscam por um mundo mais justo e igualitário.

O movimento estudantil é responsável por provocar mudanças significativas na formação acadêmica universitária, visto que os estudantes exercem atividades que extrapolam a formação tradicional, através da construção e ocupação de espaços potencializadores de reflexão crítica, política e ética.

Dentro do processo histórico dos movimentos sociais brasileiros, os movimentos de combate à discriminação racial não foram explicitados e nem privilegiados. Quando se realiza uma busca dentro do movimento feminista brasileiro, constata-se a ausência da raça na maior parte das pesquisas sobre a mulher brasileira cujo resultado é fruto dos poucos registros da história de organização do povo negro. (RAIMUNDO; GEHLEN; ALMEIDA, 2013).

Cada dia mais as mulheres ocupa espaços e cargos importantes dentro e fora das universidades e vêm modificando a face do movimento estudantil. O crescente número de frentes, coletivos, grupos e outras articulações coordenadas por mulheres, evidenciam esse destaque. Embora se tenha esse avanço, o machismo e racismo impregnados na sociedade tentam anular cotidianamente a liderança dessas mulheres. (UNE, 2015).

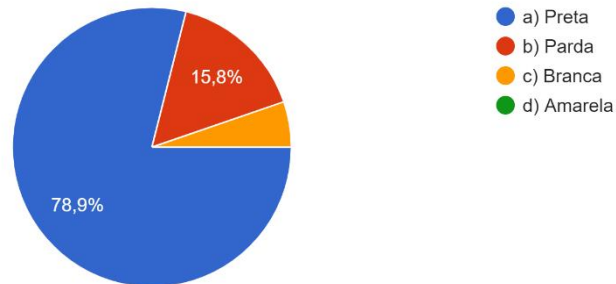
Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa não foi alcançado devido ao número restrito de respostas em comparação a magnitude de mulheres estudantes do curso de Serviço Social da Região IV da ENESSO. Durante o período da pesquisa, o questionário ficou disponível por 6 (seis) meses, de novembro de 2019 a abril de 2020, este sendo divulgado em todos os canais de comunicação da executiva. Vale destacar, que nos anos de 2019 a 2020, o MESS se encontrava bastante desarticulado, em especial na Região IV, devido à dificuldade ao processo da formação de base, ou seja, na organização dos encontros e reuniões de formação.

Além disso, não tem como tratar este número de respostas, como algo representativo de um cenário que é mais abrangente, quando falamos da Região IV da ENESSO, tendo em vista que há inúmeras universidades federais e privadas presentes na região. Dessa forma houve mudança de percurso, pois ao analisar os dados percebeu-se que o objetivo de “identificar as percepções das estudantes da região IV da ENESSO sobre raça, gênero e etnia no período de 2019 a 2020”, estaria mais fiel à interpretação dos dados e na construção da presente monografia.

Na conferência dos dados da pesquisa, realizada para a construção deste trabalho, conforme gráfico a seguir, 78,9% das mulheres que responderam, são mulheres negras, isto só demonstra o quanto as mulheres as negras, vem ganhando espaço no meio acadêmico. Se por um lado, há um número majoritário de mulheres negras nas universidades, sobretudo pública, por outro, elas ocupam os cursos com menos prestígio social. Além disso, deve-se considerar que o curso de Serviço social é formado majoritariamente por mulheres.

Gráfico – Você se declara de qual cor?

3. Você se declara de qual cor?
19 respostas



Fonte: Elaborado pela autora

Em nível nacional, com base em dados coletados pelo IBGE de 2010, nota-se que:

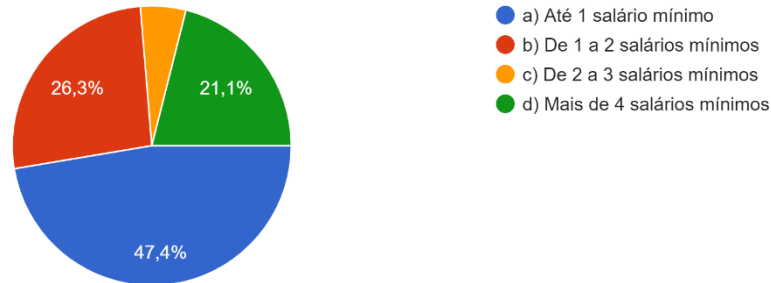
Em 2009, as mulheres negras respondiam por cerca de um quarto da população brasileira. Eram quase 50 milhões de mulheres na população de mulheres, ou seja, 50% eram negras e 49,3% eram brancas, indicando uma participação relativa maior de negras em comparação às brancas. (MARCONDES; *et al.*, 2013, p. 20).

Entretanto, o gráfico a seguir destaca que 47,4% possuem uma renda de até um salário mínimo, ou seja, não possuem as mínimas condições financeiras para seu provimento e sustento. Vale ressaltar que essas mulheres são estudantes universitárias, que de certa forma dependem dos auxílios estudantis ofertados pela universidade, sendo esta sua única fonte de renda.

Gráfico – Como você considera sua renda?

2. Como você considera sua renda?

19 respostas



Fonte: Elaborado pela autora

A “V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES de 2018” realizada pela FONAPRACE/ANDIFES e disponibilizada em 2019, apenas reforçam o perfil dessas estudantes, sendo que:

[...] 26,6% vivem em famílias com renda per capita de “até meio SM” e 26,9% com renda per capita “mais de meio a 1 SM”. Neste sentido, mais da metade (53,5%) dos (as) graduandos (as) pertence a famílias com renda mensal per capita “até 1 SM”. (FONAPRACE/ANDIFES, 2019).

Nesse sentido, Carneiro e Sampaio (2011), abordam que se tornar universitário não é uma tarefa simples e para estudantes de origem popular a experiência se torna ainda mais problemática. Acreditamos que para a estudante negra a tarefa se torna mais difícil ainda, levando em consideração a estrutura da sociedade brasileira e da universidade que exclui e inferioriza sujeitos negros²⁸. Vale lembrar que é a busca por melhor inserção no trabalho que leva os/as estudantes das camadas populares a entrarem nas universidades, ao contrário, das elites econômicas.

Neste contexto de crise econômica em que o Brasil está inserido, nota-se um processo de acirramento das desigualdades sociais, da inflação, da insegurança alimentar e um forte aumento da questão do desemprego.

A situação do mercado de trabalho no Brasil já era ruim pelo menos desde 2016, e vinha seguindo a tendência mundial da informalização e

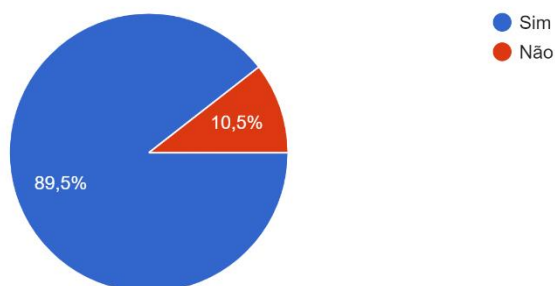
²⁸ A conquista de uma vaga na universidade pública pode ser invalidada pela dificuldade em manter-se nela, pois sabemos que os jovens dependem de uma estrutura de apoio que inclui alimentação, moradia, assistência médica e odontológica, transporte e recursos para manutenção durante o curso. (FONAPRACE, 2004).

precarização, afetando sobremaneira a parcela da população em situação mais vulnerável. Segundo Saboia et al (2020, p.3), o perfil médio de um desalentado — alguém que abandonou a busca por emprego por não acreditar que irá encontrá-lo — no Brasil, em 2019, “era de uma pessoa responsável pelo domicílio, mulher, preta/parda, jovem, com ensino fundamental incompleto e vivendo na região Nordeste”. (PET Economia UFPR, 2020, p. 65).

Conforme os dados coletados da pesquisa, notou-se que 89,5% das entidades de representação estudantil encontram-se ativas e atuante, tanto no âmbito da universidade quanto na Executiva. Entretanto, no período entre a finalização deste trabalho, muitas entidades ficaram ociosas ou sem gestão e o MESS perdeu sua força, vale lembrar, que no final do ano de 2019, a sociedade enfrentou o início de uma pandemia global, ocasionada pelo covid-19²⁹ (SARS-COV-2), entretanto, “[...] muitos países têm enfrentado esse momento realizando investimentos na saúde e ampliando a proteção dos/as trabalhadores/as e sua condição de vida, o que não está ocorrendo no Brasil”. (CFESS, 2020).

Gráfico – Em sua instituição de ensino há movimento estudantil ativo no curso de Serviço Social?

4. Em sua Instituição de Ensino há Movimento Estudantil ativo no curso de Serviço Social?
19 respostas



Fonte: Elaborado pela autora.

Para contornar esta situação, muitas universidades aderiram ao Ensino Remoto, o qual que não garante total democracia de acesso a todos os estudantes, haja visto que:

²⁹ “A pandemia de Covid-19 produziu uma crise sanitária e de saúde sem precedentes, que se apresentou de modo desafiador em praticamente todos os países do mundo. Ela impôs, de modo urgente e incontornável, a necessidade de mobilizar recursos financeiros, capacidades estatais de gestão e de governança, estruturas burocráticas e da sociedade civil para oferecer uma resposta razoável a problemas de diferentes tipos”. (CEMJ; UBES, 2021). Disponível em: https://ubes.org.br/ubesnovo/wp-content/uploads/2021/03/NOTA-T%C3%89CNICA_DIREITO-HUMANO-%C3%80-EDUCA%C3%87%C3%83O_Documento-Oficial.pdf

[...] o padrão abissal de desigualdades econômicas, raciais e de gênero foi alargado e aprofundado com a pandemia de Covid-19. Além disso, a conjuntura política e institucional, está marcada por uma liderança nacional negacionista, com forte vetor autoritário e com baixíssima capacidade técnica para a construção de caminhos seguros para enfrentar o momento tem produzido efeitos devastadores. (CEMJ; UBES, 2021).

O Movimento Estudantil³⁰ se configura enquanto Movimento Social³¹, e este tem suas bandeiras de luta pautadas em: uma educação laica, pública, plural e de qualidade. Seguindo essa perspectiva, ao questionarmos se as estudantes seriam militantes ativos em algum Movimento Social e/ou Movimento Estudantil, 52,6% apontaram que sim, pois, o ME é o lócus no qual há a possibilidade de um crescimento intelectual do qual fortalece o que chamamos de, protagonismo estudantil, haja visto que este fortalece o estudante para poder lutar pelas causas estudantis, e após, às bandeiras de luta profissionais e pelos direitos dos usuários.

Ramos e Santos (2016) reafirmam:

A participação política constitui-se num legado grandioso do Serviço Social [...] exclusivamente ao protagonismo das entidades representativas da categoria, ou seja, o conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO. (RAMOS; SANTOS, 2016; p. 216).

O Movimento Estudantil possui uma grande importância para a formação profissional do estudante, haja visto que este é como um espaço para aprendizado do exercício profissional, de democracia e da cidadania, como apontado pelas 36,8% das participantes.

A autora Lucila Zanelli (2019), nome importante no MESS, contribui perfeitamente com o exposto anteriormente, pois:

O MESS constrói sujeitos que se defrontam com a realidade e com as condições necessárias para transformá-la, considerando que cada indivíduo que o compõem se constitui como sujeito em formação, apreendendo em níveis diferentes essa realidade. (ZANELLI, 2019, p. 54).

³⁰ *Grifos nossos*: O Movimento Estudantil se configura como a união de todos os estudantes que estão inseridos no âmbito escolar/universidade. No caso do MESS, todos os estudantes de Serviço Social compõem o Movimento Estudantil de Serviço Social, mesmo que alguns não se considerem como integrantes do MESS.

³¹ *Grifos nossos*: Movimento social se organizam para lutar por projetos que representam determinado grupo. Essas lutas podem ser integralizadas por outros grupos que compartilham do mesmo projeto, ou pode se desenvolver em vários movimentos segregados, onde, cada grupo luta por suas pautas e não tem um projeto societário comum, mesmo que todos defendam projetos de sociedade contrários ao projeto societário da ordem vigente.

O Serviço Social e a militância fazem com que seja possível compreender melhor a questão relacionada ao lugar de falar e em perceber as desvantagens de determinados grupos para com outros. Neste sentido, entendemos que o movimento estudantil e o curso de Serviço Social, pode sim, de certa forma, ocasionar algum impacto, pois, é na academia que se possui um primeiro contato com o debate acerca de raça e etnia.

Quando trazemos este debate do preconceito para âmbito do movimento estudantil, este tema torna-se perverso, por mais que na análise dos dados do questionário aplicado com as estudantes, tenhamos obtidos cerca de 57,9% de pessoas que *não* retratam terem sofrido algum tipo de preconceito ao estar inserido no movimento estudantil ou na graduação de Serviço Social.

Contudo, em outros espaços, para além da universidade, mulheres negras em cargos de liderança sofrem tentativas de silenciamento a todo o tempo e, algumas vezes, essas tentativas se apresentam como ameaças veladas. Sofrem desmoralizações, tendo a sua capacidade de liderança posta à prova continuamente e seu conhecimento minimizado, quando este não é descartado.

[...] a vida da mulher esteve associada ao espaço doméstico e a vida do homem ao espaço público. [...] a atribuição de papéis distintos para homens e mulheres e constituiu culturalmente a identidade social da mulher, assim como a do homem. Para que esses papéis fossem cumpridos pelas diferentes categorias de sexo, a sociedade delimitou, com bastante precisão, os campos em que poderiam operar a mulher, da mesma forma como os terrenos em que poderiam atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 35).

Percebeu-se uma dificuldade para a coleta dos dados, no sentido de um retorno das participantes no preenchimento do questionário. Em sua finalização obteve-se dezenove respostas, estas contendo contribuições dos estados que compõe a região IV da ENESSO, faltando apenas o estado do Mato Grosso do Sul, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Quantidade de respostas por universidade e estado

ESTADO	UNIVERSIDADE	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
GOIÁS	UFG	4
DESTRITO FEDERAL	UnB	7

MATO GROSSO	UFMT	3
MATO GROSSO DO SUL ³²	-	0
TOCANTINS	UFT	5

Fonte: Elaborado pela autora.

Na análise dos dados, apresentou-se satisfatório notar que mulheres negras estão a cada dia ocupando espaços universitários, como por exemplo, salas de aula, centros e diretórios acadêmicos, colegiados e demais espaços de luta, estes que foram negados. A autora a seguir, destaca:

A educação superior que fora historicamente negada para a população negra, passou a ser um horizonte de luta das mulheres negras, principalmente da juventude negra que assistiu à geração anterior, ter o direito à educação superior negado pelo poder público e pelas elites brasileiras. (HENRIQUE, 2016, p. 70).

Todavia, é necessário pensar que, muitos negros são induzidos a acreditar que sua condição inferior é decorrente de suas características pessoais, deixando de perceber os fatores externos, isto é, assumem a discriminação exercida pelo grupo dominante.

Ponto de destaque na análise dos dados, está relacionado à dificuldade financeira, pois a maioria das mulheres que contribuíram no questionário possuem uma renda de até um salário mínimo, ocasionando que a sua única fonte de renda seja os auxílios estudantis disponibilizados pela universidade para a permanência e manutenção do estudante.

Com o objetivo de analisar sobre o reconhecimento étnico-racial das mulheres estudantes do curso de Serviço Social da região IV da ENESSO que preencheram este questionário, percebemos que a grande maioria das respostas foram de mulheres negras e atuantes no MESS pertencente à sua respectiva universidade.

Neste sentido, a partir da realização dessa pesquisa, constatou-se que não basta apenas ampliar o acesso das estudantes negras à educação superior,

³² *Grifos nossos*: Em pesquisa realizada pela autora, no site E-MEC, constatou-se que não há instituições de ensino superior que oferecem o curso de serviço social na modalidade presencial, ou seja, sendo a maioria das instituições de ensino oferecendo o curso na modalidade de ensino à distância, o que dificultou a propagação do questionário no referido estado.

deve ser ofertado uma educação pública, laica e de qualidade e um maior investimento nas ações assistenciais, como PNAES, que atendam e toda a comunidade acadêmica, e juntamente uma ampliação no debate acerca de raça, etnia e gênero universidades.

Por fim, entendemos o quão importante é a auto identificação da mulher negra frente a espaços de lideranças e na ocupação de espaços de poder, principalmente no que tange ao movimento estudantil. Reconhecemos que estamos longe de uma situação ideal e para que isso mude é preciso que se rompa cada vez mais o silêncio das nossas instituições, sobretudo em um espaço de formação como o da Universidade e que se incentive a participação da mulher negra na frente de lutas por justiça social transversalizando esse debate em toda a graduação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso, primeiramente tinha por objetivo analisar sobre o reconhecimento das mulheres negras estudantes de Serviço Social nas universidades federais brasileiras, mas por ser uma pesquisa de grande porte, e com pouca adesão aos questionários respondidos e em consenso com orientadora e, optou-se por alterar o objetivo central da pesquisa, passando para “*identificar as percepções das estudantes da região IV da ENESSO sobre raça, gênero e etnia no período de 2019 a 2020*”.

Como variadas produções acadêmicas, impedimentos ocorreram na construção da presente pesquisa, como por exemplo relacionados à saúde física e mental, ocasionando *bloqueio de escrita*, dificuldade na coleta dos dados, e em relacionar *trabalho e universidade* e entre outros fatores³³, assim, aumentando o período para a conclusão deste trabalho.

A importância desta obra para o Serviço Social e para MESS, se dá especialmente para que haja uma autoavaliação do movimento estudantil acerca do debate de raça/etnia entre os/as estudantes, e também, que o conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS trabalhem em conjunto com a categoria estudantil no fortalecimento da pauta de combate as opressões de forma contínua, e que o curso de serviço social da UFT discuta novamente acerca de uma disciplina obrigatória de raça/etnia e serviço social, para fortalece o debate e despertar novos pesquisadores futuramente.

Mediante a tudo que foi exposto, há de se destacar que somos milhares de faces que dão a cara jovem para as Universidades no Brasil, somos homens e mulheres andamos abraçados com o futuro e em busca da felicidade, trazemos desejos que são diariamente frustrados por essa sociedade capitalista, machista e homofóbica e que só nos oferece a desilusão e a exploração. Os donos do poder afirmam que vivemos uma democracia que discrimina, não nos ouve e não nos serve. Somos considerados o futuro e, no presente, não temos espaço para opinar, participar e decidir.

³³ O estudante do ensino superior, muitas vezes, concilia trabalho, família e vida social, equilibrando seu tempo e suas economias. Isso é desafiador, especialmente, em função da redução drástica de políticas estudantis que visam a permanência de estudantes pobres nas universidades. (PEREZ, BRUN, RODRIGUES, 2019).

É um lamento ver pouca participação dos estudantes em espaços de atuação e militância estudantil, por exemplo, nos colegiados do curso, nas assembleias estudantis, e nos eventos, em especial da ENESSO. Porém, não podemos deixar que isso atrapalhe na luta, e deve-se contar com os poucos que aparecem. Governantes querem nos enfraquecer, fazendo com que fiquemos desarticulados e sem força, abaixar a cabeça não estão no dicionário do estudante, é necessário fortalecer o Movimento Estudantil, em especial da ENESSO, para aí sim, romper com a lógica neoliberal que nos atinge.

Nesse estudo não foi possível aprofundar os entraves para pouca participação dos estudantes nos espaços de militância estudantil, assim se faz necessário uma produção científica mais ampla no sentido de enriquecer o debate.

Por fim, o maravilhoso desenho a seguir, tem por objetivo lembrar que você, mulher negra, não está sozinha, e que nenhuma mulher estará só nessa luta, estaremos lado a lado, lembre-se sempre, que: **Vida das mulheres importam, Vidas negras importam.**



REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.288** de 20 de julho de 2010, Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.html. Acesso em 18.05.2020.

BRASIL. **Lei nº 273/93** de 13 de março de 1993, Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília - DF.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Social e do Combate à Fome (MDS), Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), **Caderno do PAIF e SCFV/2016**, Brasília – DF, 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão Social e Direitos. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117–132, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-401420030003000008&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: **a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero**. S/A. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminis mo%20negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminis%20negro.pdf). Acesso em 11/12/2020.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência**. 2017.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social. **Revista Estudos Feministas**, Universidade Federal de Santa Catarina. 1995.

CFAS. **Código de Ética Profissional de Serviço Social**, Brasília - DF, 1986.

CFESS, **Código de Ética Profissional de Serviço Social**, Brasília - DF, 1993.

CFESS. **Série assistente social no combate ao racismo**. Brasília - DF, 2016.

CFESS. Os impactos do *Coronavírus* no trabalho do/a assistente social. Serie Conjuntura e impacto no trabalho profissional. **CFESS Manifesta**. Brasília, 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismos, diversidade sexual e serviço social**. – São Paulo, Cortez, 2018.

CRUZ, Larisse Ramos. **A reserva de vagas étnico-raciais nos concursos públicos**: fundamentação histórica, social e jurídica - Trabalho de conclusão de curso. UNIRIO, 2015.

CUTI. **Quem tem medo da palavra negro**. Texto publicado na Revista Matriz: uma revista de arte negra, editada em novembro de 2010 pelo Grupo Caixa Preta, de Porto Alegre, RS. 2010. Disponível em: http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/pdf/quemtemmedodapalavranegro_cuti.pdf. Acesso em: 10/04/2021

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boi tempo Editorial, ed., 2016.

ENESSO. **Cartilha de formação e organização de Centros Acadêmicos**. Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. 2012. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/cartilha-de-formac3a7c3a3o-e-organizac3a7c3a3o-de-centros-academicos.pdf>> Acesso em: 10/02/2016.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (ENESSO). **Documento: pro dia nascer feliz**: contribuição para momento estudantil de Serviço Social. Salvador, 1994. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/pro-dia-nascer-feliz-contribuic3a7c3a3o-parao-mess-julho-1994.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

ENESSO. **Cartilha de formação e organização de Centros Acadêmicos**. Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social. 2012. Disponível em: <<https://enessooficial.files.wordpress.com/2012/04/cartilha-de-formac3a7c3a3o-e-organizac3a7c3a3o-de-centros-academicos.pdf>>. Acesso em: 10/02/2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo, 2006; p. 62, 80.

GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA, In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-

%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 08/04/2021.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social**. In: Revista serviço social e sociedade, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, Maria Clarice Ribeiro. Movimento estudantil de serviço social e dilemas atuais: o desafio é (re)encantar-se. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 54, p. 70-81, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-875933811.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HENRIQUE, Cibele da Silva. **Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil**. ANDES, 2016.

HOBBSAWM. Eric J. **Revolucionários**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. – 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2009, 315 p.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública** / Roberto Leher. – 1.ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. p. 232.

LIMA, Isabelle Cristina Custódio de Lima. 40 anos do Movimento Estudantil de Serviço Social: Desafios e Perspectivas na Atualidade. In **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 37-51, jul./dez. 2019.

LINHO. Nilma, **Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra**. 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>. Acesso em 18.05.2020.

LUZIA, Juliana Moitinho. Contra-reforma do estado e da educação superior no governo lula. In: **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas**. Maranhão,

2009. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/contra-reforma-do-estado-e-da-educacao-superior-no-governo-lula.pdf>. Acesso: 16/07/2020.

MARTINS FILHO, João Roberto; **Movimento Estudantil e ditadura militar: 1964-1968** – Campinas, Papyrus, 1987.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação** – 8ª Edição – São Paulo, Cortez, 2009.

MEINERZ, Carla Beatriz. **Reparação histórica, direito à diferença e especificidades da educação das relações étnico-raciais no Brasil**. Texto produzido para o Curso de Aperfeiçoamento Uniafro 2017-2018. *UNIAFRO/UFRGS*, 2017.

MEINERZI, Carla Beatriz. Ensino de História, Diálogo Intercultural e Relações Étnico-Raciais. In **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 59-77, jan./mar. 2017.

MOURA, D. M. de. Políticas Públicas Educacionais PROUNI e FIES: democratização do acesso ao ensino Superior. In: VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos, 2014. **Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. 2014

MOTA, Francisco Alencar. Trabalho, Desenvolvimento e Educação: processos sociais e ação docente. In **Educação: uma política para a construção da cidadania**. Fortaleza: Tipogresso, 2007.

PAULO NETTO, José. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In, **Temporalis / ABEPSS**. Ano 2, nº 3. Brasília, 2001.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.1)

PEREZ, Karine Vanessa; BRUN, Luciana Gisele; RODRIGUES, Carlos Manoel Lopes. Saúde mental no contexto universitário: desafios e práticas. In, **Trab. EN(Cena)**, Palmas - TO, Brasil, 2019, v4, n2, pp.357-365.

PET Economia UFPR. **Brasil e o mundo diante da crise econômica e da Covid-19**. Cap. 4. Brasil: desmandos econômicos e sanitários. UFPR, 2020. Disponível

em: <https://www.ufpr.br/portalfupr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>. Acesso em: 10/04/2021.

POERNER, Arthur. **O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

RIBEIRO, Djalma. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. In, **Revista Internacional de Direitos Humanos**. V.13 n.24/99 – 104. 2016.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Ação afirmativa – O conteúdo democrático do Princípio da Igualdade Jurídica**. Revista Trimestral de Direito Público, volume 15/1996.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: Avanços e Desafios**. Tese de Doutorado - UFRJ, 2014.

SANKOFA - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – **Número XIV**, Ano VII, dezembro. São Paulo, NEACP, 2014. Disponível em: <http://sites.google.com/site/revistasankofa>. Acesso em: 04/03/2021

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidade no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012 p. 87, 248.

SANTOS, Mauricleia **Dia da Consciência Negra: Quebrar correntes, resistir, desafiar, lutar, sentir, amar... É pra ter orgulho, é coisa de preto e preta!** Texto: Mauricleia Santos - Brasília (DF), 20 de novembro de 2017.

SILVA, Mariana Oliveira. **O movimento estudantil em Serviço Social: uma década de luta e resistência**. Monografia. UFG – 2019.

SILVA, Paula Oliveira. **Serviço Social e Direitos Humanos: a formação acadêmica profissional dos discentes na Universidade Federal de Goiás/Regional, Goiás - GO**, 2018, p.51-52.

SOARES, Josiane. **Dia da Consciência Negra: Vidas negras importam**. Texto de Josiane Soares. Rio de Janeiro (RJ), 20 de novembro de 2018.

SOARES, Raí Vieira. **Transformações Contemporâneas e Educação Superior no Brasil: Particularidades na Formação Profissional em Serviço Social do IFCE Campus Iguatu**. UECE, 2018.

VASCONCELOS, Ailton Marques. **A trajetória política da organização dos estudantes de Serviço Social, 1978 a 2002**: e sua relação com o projeto de formação profissional. 2003. 138 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica/SP, São Paulo, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, CFESS, Brasília, 2009.

ZANELLI, Lucila de Souza. **Movimento estudantil de serviço social e consciência de classe**: um debate a partir da ENESSO. Monografia. UFTM, 2019.121f.

**APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

**APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO E TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Venho por meio deste convidá-la a participar da pesquisa, com tema “Protagonismo das estudantes negras nos movimentos estudantis nas universidades federais do Brasil no ano de 2019”. Respondendo o questionário a seguir que fomentará a construção do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de graduação em Serviço Social.

Agradeço o tempo dispensado para as respostas.

Atenciosamente,

Helen Cristina Ferreira da Silva
Graduanda em Serviço Social e Pesquisadora.

Roteiro de entrevista com as mulheres negras militante do MESS

- 1. Em que Instituição de Ensino você estuda?**
- 2. Como você considera sua renda?**
 - a) Até 1 salário mínimo
 - b) De 1 a 2 salários mínimos
 - c) De 2 a 3 salários mínimos
 - d) Mais de 4 salários mínimos
- 3. Você se declara de qual cor?**
 - a) Preta
 - b) Parda
 - c) Branca
 - d) Amarela
- 4. Em sua Instituição de Ensino há Movimento Estudantil ativo no curso de Serviço Social?**
 - a) Sim
 - b) Não
- 5. O que você entende por Movimento Social?**
- 6. O que você entende por Movimento Estudantil?**

7. Você é militante ativo em algum Movimento Social e/ou Movimento Estudantil?

- a) Sim ()
- b) Não ()

8 O Movimento Estudantil foi sua 1ª experiência em Movimento Social?

- a) Sim ()
- b) Não ()

9 O que te motivou a participar do Movimento Estudantil?

- a) Por estar inquieto/a pela falta de interesse dos estudantes por dada causa percebida no curso/universidade;
- b) Conhecer e compreender sobre a atuação do movimento estudantil;
- c) Encontrar-se em um espaço que se sentisse acolhido/a;
- d) Por entender que é necessária uma luta coletiva por determinado motivo;

10 Para você qual é a importância do Movimento Estudantil para sua formação profissional?

- a) Compreender e modificar a realidade dentro e fora da Universidade;
- b) Como espaço para aprendizado do exercício profissional, de democracia e da cidadania;
- c) Como espaço para relacionar com os/as outros/as, tanto em relações emancipadas de forma política, humana e, sobretudo social;

11 Você acredita que o curso de Serviço Social ou a militância teve ou tem alguma influência em sua vida?

- a) Sim ()
- b) Não ()

Qual?

12 O curso de Serviço Social ou a militância fez com que você mudasse sua concepção de cor, raça e etnia? Porque?

- a) SIM
- b) Não

13 Enquanto mulher, você sofre ou sofria algum tipo de preconceito por estar estudando Serviço Social ou por estar ativamente atuante no Movimento Estudantil?

- a) Sim ()
- b) Não ()

Qual?

14 Agora durante sua formação acadêmica e/ou participação no movimento estudantil, você acredita estar empoderada no sentido de enfrentar qualquer situação?

- a) Sim ()
- b) Não ()

ANEXO I - CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO CONTRA SINAES/ENADE

ANEXO I - CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO CONTRA SINAES/ENADE

**campanha de
mobilização
contra Sinaes/
ENADE**

De 10 a 16 de novembro de 2016
Debates nas UFAS e demais espaços de formação

Dia 17 de novembro de 2016
Ato Público contra o SINAES/ENADE



No processo de ensino/aprendizagem a avaliação
deve ser democrática, crítica e emancipatória
(Paulo Freire).

**MOBILIZE-SE – PARTICIPE DOS DEBATES
NA SUA UNIDADE DE ENSINO**

**AJUDE A PROMOVER O ATO PÚBLICO
DIA 17 EM SUA CIDADE**

CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

ENASSO

ABEPSS
Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social



No dia 20 de novembro de 2016 foi convocado o EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DO ESTUDANTE – ENADE para diversos cursos, dentre eles o serviço social.

As entidades de serviço social (**ABEPSS** e **CFESS**) e o movimento estudantil de serviço social (**ENESSO**) convocam a todos/as a participar da Campanha de Mobilização contra este modelo de avaliação proposto pelo SINAES/ENADE. Esse sistema de avaliação expressa um projeto de universidade, elitista, antidemocrática, produtivista e operacional; nossa posição contrária à proposta do SINAES é, consequentemente, contrária a esse modelo de universidade pois ele é incoerente com a universidade que defendemos. A nossa luta é por uma escola pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada e os sistemas de avaliação têm que estar coerentes com essa proposta educativa.

Criticamos o SINAES/ENADE porque esse modelo de avaliação:

- permite que as notas da avaliação sirvam para ranquear os cursos, mas não para melhorar sua qualidade;
- potencializa a educação como mercadoria nas universidades privadas incentivando a concorrência comercial;
- responsabiliza os/as estudantes por 80% da avaliação e deixa as instituições e ao Estado com um peso menor de responsabilidade sobre o processo de formação.
- avalia somente a partir de resultados, desconsiderando os processos de formação como uma totalidade.

O boicote ao ENADE foi a estratégia utilizada durante vários anos pelos estudantes de serviço social e permitiu grandes embates e algumas conquistas. Contudo, na atual conjuntura, esse instrumento de luta tem sido utilizado pelo Estado para punir de maneira arbitrária as instituições e os estudantes envolvidos e isso dificulta a mobilização do MESS. Daí nossa posição é contrária ao boicote, não como princípio, mas como estratégia para esse momento.

Em 2016, a **CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO CONTRA O SINAES/ENADE** convida a todos/as para debater e construir outra proposta de avaliação coerente com o projeto de Universidade que defendemos e que contemple:

- a concepção dos sujeitos da formação profissional (docentes, supervisores/as de campo e acadêmicos/as e, discentes) a partir da lógica curricular expressa pelos núcleos de fundamentação como elementos estruturantes das diretrizes aprovadas pela ABEPSS;
- a unidade ensino/pesquisa/extensão universitária, como constitutiva do processo ensino aprendizagem e também do processo de avaliação.
- a dinâmica do processo organizativo dos/as estudantes e dos/as profissionais de Serviço Social (docentes e não docentes) como elementos constitutivos da formação profissional, como uma expressão da consciência profissional e de seu pertencimento à classe trabalhadora.

